

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Comércio parabeniza corte da Selic; trabalhadores e indústria querem mais cortes.....3
 Desafio à competitividade da indústria brasileira.....4
 China gasta em desenvolvimento e pesquisa 1,4 vez mais em relação ao PIB do que o Brasil....5
 Armando Monteiro defende agenda para aumentar competitividade da indústria brasileira.....6
 Indústria de transformação tem o pior desempenho entre os segmentos que compõem o PIB; investimentos crescem pouco.....7
 Plenário da Câmara aprova urgência para votação do substitutivo da Lei Geral da Copa.....8
 Código de Defesa do Consumidor poderá ter responsabilidade solidária.....9
 Aparelhos de rádio e TV poderão ter saída de áudio para beneficiar deficiente auditivo.....10

Questões Institucionais

CCJ decide que parlamentar não deve perder mandato ao se filiar a partido recém-criado.....11
 Dilma lamenta rejeição do Senado à recondução de diretor-geral da ANTT.....11
 STF muda regime de tramitação de medidas provisórias no Legislativo.....12
 Comissões Permanentes da Câmara elegem Presidentes e Vices.....13
 Projeto proíbe empresas de *factoring* de utilizar juizados especiais.....15
 EC acaba com regra que impede redução de bancadas estaduais na Câmara.....16

Infraestrutura

Após greves, operários da Copa exigem piso salarial unificado e até ingressos para os jogos...17

Meio Ambiente

CRE RE e CMA debatem com o Secretário-Geral da Conferência Rio+20.....18
 CMA aprova projeto que reajusta valores de multas ambientais.....19
 Proposta proíbe uso de caixas de papelão para embalar compras.....20
 Relator: recuperação de APPs dificulta votação do Código Florestal.....20

Relações do Trabalho

Projeto aumenta período de seguro-desemprego para mulheres chefes de família.....23
 CCJ aprova integralidade e paridade de proventos para aposentados por invalidez.....23
 Piso regional do Rio Grande do Sul terá aumento de 14,75%.....24

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Aprovado o Projeto que estabelece multa por discriminação do trabalho da mulher.....	25
Aprovado o Projeto que permite a ausência do trabalhador ao serviço para comparecimento às reuniões escolares dos seus filhos.....	26
Projeto estabelece folga de um dia por ano para trabalho comunitário.....	26
PLS 490/2011- Projeto reduz as alíquotas da contribuição previdenciária patronal.....	26
Proposta pode limitar reeleições para diretorias de sindicatos.....	27

Tributos

Senado aprova MPV 545/2011 – AFRMM / Tributos na cadeia produtiva do café.....	27
Arrecadação cresce e torna viável desoneração tributária.....	28
Projeto prevê incentivo fiscal a empresa que doar prótese e cadeira de rodas.....	30
Senadores chegam a acordo para debater a constitucionalidade de uniformização de alíquotas do ICMS.....	30
Despesas com livros técnicos poderão ser abatidas do IR.....	31
Estados apoiam ICMS unificado para importação.....	32
Pessoa com deficiência poderá ter prioridade na restituição do IR.....	34
Fundo poderá financiar capacitação de pessoa com deficiência.....	35

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

PIB do Paraná cresce 4% em 2011 e fica acima da média do País.....	35
Fiep discute projetos de Lei que afetam atividade industrial.....	36
BRDE leva linhas de crédito à Expobel.....	37
Deputados aprovam seis projetos de lei e 20 indicações.....	38
Assembleia mantém vetos a três projetos de lei.....	39
Plenário rejeita vetos a dois projetos de lei.....	40
Havan anuncia investimento de R\$ 150 milhões no Paraná.....	42
Assembleia promoverá sessão para discutir a delimitação paranaense no mar territorial.....	42
Paraná terá R\$ 98 milhões para incentivo a pesquisa científica.....	43
Junta Comercial do Paraná isenta microempreendedores de taxas.....	44
Paraná vai fabricar plástico de milho.....	45
Exigência de rótulos diferenciados de remédios para evitar equívocos vai à Câmara.....	46

Política Social

Paraná terá novo sistema de regulação dos serviços de saúde.....	46
--	----

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Questões Institucionais

Oposição consegue apoio para processo de saída de Derosso.....47

Infraestrutura

Copel desvia curso do Rio Cavernoso para construção de usina.....48

Tecpar estuda parceria com empresas japonesas de energia renovável.....49

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Comércio parabeniza corte da Selic; trabalhadores e indústria querem mais cortes

Para os representantes do comércio no Brasil, a redução da Selic já era algo esperado e deverá contribuir para a retomada de um crescimento econômico mais vigoroso.

A CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), por exemplo, avaliou como muito positiva mais uma redução da taxa básica de juros e estima que este seja apenas o primeiro passo no sentido de consolidar uma política fiscal que impulse o crescimento da economia a longo prazo.

O presidente da ACSP (Associação Comercial de São Paulo), Rogério Amato, concorda e diz que a decisão do Copom "é extremamente positiva e se justifica tendo em vista não apenas a continuidade do cenário internacional de grande incerteza, como, especialmente, os indicadores recentes da economia brasileira".

A Fecomercio-SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo), por sua vez, também considerou acertada a decisão da entidade governamental e comemorou o fato de que, pela segunda vez na história, a Selic se encontra no patamar de um dígito (9,75% ao ano).

Indústria acredita que ainda há espaço para novos cortes - Apesar de avaliar como positiva a decisão do Copom, os representantes da indústria, de modo geral, acreditam que ainda há espaço para novos cortes na taxa básica de juros.

Ao avaliar a redução da taxa Selic, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), um dos principais representantes da indústria, afirmou que a queda de 0,75 ponto percentual é "indispensável para enfrentar o quadro atual de enfraquecimento da atividade econômica brasileira, em especial da indústria". Ainda assim, a Confederação acredita ser fundamental executar uma política fiscal não expansionista, o que proporcionaria maior espaço para cortes adicionais nos juros.

Na opinião de Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), "o governo precisa implantar um conjunto de medidas que seja capaz de mudar

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

qualitativamente a situação da competitividade do Brasil".

A Fiesp, diz ele, avalia como positivo o corte da Selic anunciado na última quarta-feira (8), porém acredita que o mesmo chegou atrasado e, sozinho, é insuficiente para impulsionar a economia do país.

Consideração parecida tem a Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), para quem a intensificação do processo de redução da taxa básica de juros, face o baixo desempenho da indústria brasileira em 2011, foi bem-vinda. Porém, ressalta a entidade, não é suficiente. "Juros mais baixos devem ser acompanhados de um choque de competitividade".

Trabalhadores: redução "extremamente tímida"

A Força Sindical mantém a mesma avaliação dos cortes anteriores na Selic. Para eles, a redução 0,75 ponto percentual é "extremamente tímida" e insuficiente para aquecer o consumo, gerar empregos e melhorar o PIB (Produto Interno Bruto).

O dirigente sindical da CSP (Central Sindical de Profissionais), Antonio Neto, também avalia a trajetória de redução da Selic como tímida e diz que o governo e sua equipe econômica devem ser mais ousados para evitar que o PIB 2012, embora positivo, "tenha o gosto amargo" sentido com os números do ano passado.

"O corte mais acentuado dos juros é o melhor remédio para o governo conter a enxurrada de dinheiro especulativo em nossa economia, dando maior competitividade para setores da indústria, que definham diante da valorização artificial da nossa moeda", diz.

Por fim, a Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) ressalta que o Brasil continua com uma das maiores taxas de juros do mundo e que o governo deve promover cortes mais profundos para acelerar a retomada de crescimento da economia.

Fonte: UOL Notícias

Desafio à competitividade da indústria brasileira

Em 2011, a balança comercial brasileira de manufaturados registrou um déficit recorde de US\$ 92,46 bilhões, resultado 30% superior ao verificado em 2010. O ano registrou também o pior resultado, desde 1977, para a participação destes produtos na pauta de exportação: os manufaturados foram responsáveis por apenas 36% de nossas exportações. Há pouco mais de dez anos, em 2000, estes produtos respondiam por 59% das vendas brasileiras no exterior. Estas mudanças na pauta, mas particularmente a perda de importância dos manufaturados, têm suscitado intensos debates entre os especialistas, muitos dos quais caracterizados pela parcialidade dos argumentos.

As profundas transformações ocorridas na economia mundial, especialmente o crescimento do peso dos países emergentes no comércio internacional, são aspectos que precisam ser destacado, dado seu impacto no destino de nossas exportações.

Em 2000, a China não figurava entre os dez principais destinos das exportações brasileiras. Hoje, o país já é o principal destino de nossos produtos, respondendo por 17% de nossas exportações. O fato de nosso principal parceiro comercial ser um voraz demandante de commodities deve ser levado em consideração em qualquer análise sobre o tema.

China gasta em desenvolvimento e pesquisa 1,4 vezes mais em relação ao PIB do que o Brasil

A questão central, no entanto, diz respeito à elevação da competitividade global e à posição da indústria nacional neste cenário. As vantagens competitivas derivadas das economias de escala e dos menores custos de produção (especialmente os menores salários reais) presentes na indústria asiática - sobretudo na China - são amplamente reconhecidas. O cenário torna-se mais complexo para a indústria nacional quando adicionamos à discussão os custos derivados das péssimas condições de infraestrutura e da elevada carga tributária sobre a atividade produtiva no país, com destaque para os custos que decorrem da tributação incidente sobre a contratação de trabalho.

Enganam-se, no entanto, aqueles que acreditam que este conjunto de elementos encerra o tema. A competitividade de uma economia ou de um setor depende, em grande medida, de sua capacidade de gerar e absorver inovação. A realização de gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é um dos motores do processo inovativo. No Brasil, estes gastos, sobretudo os realizados pelo setor privado, são muito inferiores aos dos nossos principais concorrentes externos.

Recente pesquisa publicada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)* fornece dados que permitem comparar o esforço em P&D no Brasil e na China. Em 2008, o gasto em P&D global da China era, em relação ao PIB, 1,4 vezes o gasto do Brasil. A diferença é ampliada quando comparamos os gastos em P&D realizados pela indústria manufatureira. Neste caso, os chineses gastam em P&D 2,6 vezes mais, como proporção do PIB, do que os brasileiros. O estudo conclui que a China evoluiu muito mais rapidamente que o Brasil, em direção a um grande esforço tecnológico no setor industrial.

O último, mas não menos importante, elemento para discussão é a polêmica questão cambial. A tendência estrutural à valorização do real deve ser analisada em duas dimensões. É fato que o crescimento da renda per capita e a melhoria nos termos de troca - fruto do comportamento dos preços das commodities - contribuem de forma decisiva para esta valorização. No entanto, também contribui neste processo de valorização do real a elevada liquidez internacional para os países emergentes decorrente da crise das economias centrais e da adoção de uma política monetária extremamente frouxa pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano) e pelo Banco Central Europeu, especialmente após a crise financeira global de 2008.

A situação torna-se ainda mais complexa quando nosso Banco Central adota uma política monetária que, apesar das quedas nas taxas de juros nominais, mantém juros reais elevados para os patamares do cenário internacional.

Contribui de forma decisiva para a conturbada situação da taxa de câmbio brasileira, a adoção por um conjunto de economias asiáticas, particularmente a China, de uma estratégia de crescimento puxado por exportações desde meados dos anos 90. Entre 1997 e 2005, a paridade yuan/dólar foi mantida praticamente inalterada. Posteriormente, o valor do yuan passou a variar de acordo com o comportamento de uma cesta de moedas, o que impediu a

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

sua efetiva valorização.

Em síntese, a mudança em nossa pauta exportadora e, particularmente, a perda de competitividade externa de nossos manufaturados decorre de um amplo conjunto de fatores. Os efeitos da recente guerra cambial devem ser levados em consideração, sobretudo a política cambial chinesa e sua insistência em não permitir uma efetiva valorização do yuan, elemento importante para os atuais desequilíbrios no comércio global.

A saída neste caso é aumentar a pressão nos fóruns e organismos internacionais competentes, ainda que a possibilidade concreta de alteração deste cenário seja bastante remota.

O governo e a indústria nacional também têm sua parcela de responsabilidade neste processo. Ao governo cabe estimular a criação de um ambiente competitivo, evitando soluções fáceis, tais como o simples fechamento da economia e a proteção de alguns setores que, no longo prazo, revelam-se ineficientes. Finalmente, a indústria nacional, se pretende continuar viva neste mundo cada vez mais competitivo, deve promover uma rápida ampliação dos investimentos que aumentem a sua produtividade e sua capacidade de gerar inovações ou, pelo menos, de absorvê-las com maior velocidade e eficiência.

Fonte: Valor Econômico

Armando Monteiro defende agenda para aumentar competitividade da indústria brasileira

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) cobrou em Plenário nesta quarta-feira (7) a urgente implementação de uma agenda pró-competitividade para o setor industrial brasileiro. O senador revelou que a indústria não registrou crescimento significativo no último ano, tendo influenciado no desempenho insatisfatório do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2011. Segundo Armando Monteiro, a indústria enfrenta uma conjuntura extremamente desfavorável. Um dos motivos é a valorização da moeda brasileira, que incentiva as importações de produtos manufaturados. Há cinco anos, explicou o senador, as importações respondiam por apenas 11% do consumo de produtos manufaturados no país. Hoje, os produtos importados já atendem 22% dessa demanda. Além da concorrência com o mercado internacional, o setor industrial sofreria também com a perda de competitividade, em decorrência dos altos custos da produção, pressionado pelos encargos tributários e pelo custo Brasil, entre outros fatores.

Para Armando Monteiro, será necessária uma agenda de médio e longo prazo, com medidas como a melhoria do sistema educacional para que o setor tenha capacidade de investir em inovação tecnológica, e uma agenda mais imediata, com medidas a curto prazo. Entre essas medidas está a aprovação no Senado do Projeto de Resolução 72/2010, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que uniformiza, em todos os estados do país Brasil, a cobrança do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior.

O senador também classificou como “inaceitável” a decisão do Congresso Nacional de aprovar leis que concedendo incentivos fiscais a produtos importados.

Fonte: Agência de Notícias do Senado

Indústria de transformação tem o pior desempenho entre os segmentos que compõem o PIB; investimentos crescem pouco

Em mais um ano com a economia liderada pelo consumo, a indústria de transformação foi a nota dissonante entre os principais subsetores do Produto Interno Bruto (PIB) visto pela ótica da produção em 2011. Enquanto segmentos como agropecuária (3,9%), comércio (3,4%) e construção civil (3,6%) cresceram acima da média geral do PIB, de 2,7%, o setor industrial de transformação teve praticamente crescimento nulo em 2011, com variação de apenas 0,1%.

As dificuldades do setor para acompanhar a demanda ficaram mais evidentes no quarto trimestre com a queda de 2,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior, a única taxa negativa entre 13 setores listados pelo IBGE, limitando a variação do PIB a 0,3% nessa comparação. Em relação ao quarto trimestre de 2010, o setor também teve o único resultado negativo: -3,1%.

A indústria de transformação já vinha registrando um desempenho fraco, com retração desde o terceiro trimestre de 2011. O impacto sobre toda a economia é grande devido ao peso de quase 15% do setor no cálculo do PIB, mais do que o dobro da agropecuária. Embora outros segmentos industriais, como o extrativo mineral (3,2%), também tenham registrado alta superior à média geral do PIB, o fraco desempenho da transformação limitou a expansão da indústria como um todo a 1,6%.

Importações - Enquanto o governo ainda tenta tirar do papel o Plano Brasil Maior, o descompasso entre a indústria e a demanda segue compensado pelas importações, favorecidas por uma taxa média de câmbio de R\$ 1,67 em 2011 contra R\$ 1,76 em 2010. Enquanto as exportações cresceram 4,5%, as compras de produtos do exterior subiram mais do que o dobro: 9,7%.

Para analistas, a crise europeia desestimulou no segundo semestre investimentos na indústria e impediu um desempenho melhor da Formação Bruta de Capital Fixo. O indicador, que espelha investimentos na economia, subiu 4,7%, mais que o consumo e o PIB, mas não tirou a taxa de investimento da casa de 19% do PIB.

Para David Kupfer, professor do Instituto de Economia da UFRJ estudioso da indústria, as importações crescentes revelam problemas de competitividade. Para ele, é preciso um esforço maior da política industrial e do empresariado, numa postura competitiva mais agressiva.

"A indústria brasileira tende a uma postura mais defensiva. Há espaço para uma estratégia ligada ao mercado interno", avalia. "No quadro atual de acirramento competitivo, a indústria tem que correr para ficar no mesmo lugar. Não atingiu a velocidade necessária em 2011, mas tem que conseguir nos próximos."

O economista Antônio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, alerta para o risco da dependência da importação de manufaturados. "Temos a sexta economia do mundo, comum enorme potencial de consumo que tem sido vazado em parte para as importações. O desafio é garantir a geração local de valor agregado."

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

O quadro favorável às importações contribuiu para o aumento da necessidade de financiamento do País de R\$ 100 bilhões em 2010 para R\$ 101,1 bilhões em 2011. "A poupança, numa trajetória de quatro anos, está desacelerando, e o investimento está andando de lado", observa Sérgio Vale, economista da MB&Associados. "O perigo é depender cada vez mais do capital externo para investir."

Fonte: O Estado de S.Paulo

Plenário da Câmara aprova urgência para votação do substitutivo da Lei Geral da Copa

Plenário da Câmara votou, por acordo de líderes, e aprovou nesta quinta-feira (8), por 350 votos a 8, o regime de urgência para o projeto de Lei Geral da Copa (PL 2330/11). O substitutivo, aprovado na terça-feira (6/03/2012), em comissão especial (CESP), será apreciado na próxima semana.

O substitutivo, em relação ao projeto original, manteve os seguintes aspectos relevantes para o setor produtivo:

Proteção especial aos direitos de propriedade industrial relacionados aos eventos - determina que o INPI promoverá a anotação, em seus cadastros, do alto renome das marcas que consistam nos símbolos oficiais de titularidade da FIFA (emblemas da FIFA e da Copa, mascotes oficiais, entre outros), bem como das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA, para os fins da proteção especial prevista na Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96). Fixa regime especial para os procedimentos relativos a pedidos de registro de marca apresentados pela FIFA ou a ela relacionados. Para ambas situações os efeitos vigorarão até 31/12/2014.

Essas regras serão aplicáveis também aos pedidos de registro de marca apresentados pela FIFA pendentes de exame no INPI e aqueles apresentados por terceiros que possam causar confusão ou associação não autorizada com a FIFA

Áreas de restrição comercial e vias de acesso - assegura à FIFA e às pessoas por ela indicadas autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos locais oficiais de competição, nas suas imediações e principais vias de acesso. Os limites dessas áreas de exclusividade serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados.

Sanções civis – para atos ilícitos, previstos na própria Lei Geral da Copa, estabelece o dever de indenização por danos, lucros cessantes e qualquer proveito obtido, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada.

Decretação de feriados - a União, os estados, o DF e os municípios que sediarão os eventos poderão declarar feriados os dias de sua ocorrência em seu território.

Três inovações marcam o texto que será votado na próxima semana: (i) a realização de campanhas sociais, durante as competições, pelo trabalho decente; (ii) a possibilidade de a União decretar feriado nacional nos dias em que houver jogos da seleção brasileira; e (iii)

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

concessão de Selo de Sustentabilidade pelo Ministério do Meio Ambiente às empresas e entidades fornecedoras de eventos que apresentem programa de sustentabilidade com ações de natureza econômica, social e ambiental.

Um dos itens polêmicos que deverá ser votado destacadamente é a permissão para o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios na Copa do Mundo e na Copa das Confederações (2013), atendendo ao pedido do PSDB, que já anunciou no Plenário que vai votar contra essa regra, assim como o PSOL.

Após ser aprovada pelo Plenário da Câmara a proposta seguirá para o Senado.

Fonte: CNI

Defesa do Consumidor:

Código de Defesa do Consumidor poderá ter responsabilidade solidária

Em tramitação na Câmara, o Projeto de Lei 2861/11 estabelece a responsabilidade solidária do comerciante, ao lado do fabricante ou do executor, pela qualidade do produto ou serviço prestado. De autoria da deputada Lauriete (PSC-ES), a proposta altera o Código de Defesa do Consumidor ([Lei 8.078/90](#)).

O texto vigente do código prevê a responsabilidade subsidiária. Segundo a deputada, não pode ser retirada da responsabilidade do comerciante o atributo da solidariedade, caso presentes as hipóteses de impossibilidade de identificação e de conservação imprópria.

“Isso significa que, para propiciar a efetiva reparação do consumidor, o Código admite que ele acione o comerciante diretamente, como fornecedor indireto e causador único da periculosidade; não impede, porém, que o comerciante exerça direito de regresso contra o fabricante, construtor e produtor, quando estes tiverem causado ou contribuído para a produção dos danos”, afirma Lauriete.

Afastar dúvidas - A deputada invoca a opinião do ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça. Ele sustenta que “o chamamento subsidiário do comerciante não exclui a responsabilidade civil dos outros obrigados (o fabricante, o produtor, o construtor e o importador), porque a sua inclusão vem mais como medida para favorecer o consumidor e não como forma para aliviar o dever de reparar dos outros responsáveis”.

Para o ministro, a responsabilização solidária oferece melhor proteção ao consumidor. A deputada Lauriete argumenta que o projeto aperfeiçoa o Código, afastando dúvidas em alguns operadores a respeito do direito do consumidor.

Para afastar tais dúvidas, e contribuir para a segurança jurídica do instrumental de proteção ao consumidor, explica a deputada, o projeto substitui o termo “igualmente”, da atual redação do artigo 13, pelo termo “solidariamente”.

Tramitação

Sujeito à apreciação conclusiva, o projeto será analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Política Industrial:

Aparelhos de rádio e TV poderão ter saída de áudio para beneficiar deficiente auditivo

Fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão oferecer o equipamento com saída de áudio para fone de ouvido ou para equipamento auditivo externo, com ajuste de volume, caso seja transformado em lei projeto aprovado nesta terça-feira (6) em caráter terminativo na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A medida beneficiará pessoas com perda auditiva moderada e leve.

De acordo com o substitutivo do senador Cyro Miranda (PSDB-GO) aprovado na CDH, os vendedores de aparelhos de rádio e televisão deverão informar aos consumidores sobre a possibilidade de receber equipamento com a saída de áudio com controle independente de volume. Após a venda de equipamento com essa característica, o fabricante terá prazo de 30 dias para entregar o produto.

O texto (PLC 78/2009) estabelece ainda que o consumidor receba junto com o equipamento informações sobre as características da saída de áudio com volume ajustável e cuidados em seu manuseio, de maneira a evitar o agravamento de perdas auditivas.

O projeto modifica a lei que trata da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Lei 10.098/2000). No texto original, seu autor, o deputado Arolde de Oliveira (PSD-RJ), propunha que 30% de aparelhos receptores de rádio e televisão fossem fabricados com saída de áudio para fones de ouvido, com ajuste de volume.

A proposta com esse formato foi aprovada sem alterações pelas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, após consulta a entidade que representa os fabricantes de eletroeletrônicos, o relator na CDH optou por estabelecer que sejam fornecidos tantos aparelhos de rádio e TV quantos forem demandados pelo consumidor.

Conforme explicou Cyro Miranda, não há dificuldade técnica para realizar a modificação nos aparelhos, uma vez que demanda componentes já utilizados nos circuitos internos dos equipamentos. Ele considera que o prazo de 30 dias previsto no projeto é suficiente para a entrega do equipamento modificado.

O relator ampliou de 90 para 180 dias o prazo após a publicação da lei para que a indústria tome as providências necessárias para o cumprimento da norma. Ele também incluiu artigo para atualizar a terminologia da Lei da Acessibilidade, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, homologado pela Assembleia das Nações Unidas em 2006.

Fonte: Agência de Notícias do Senado

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

CCJ decide que parlamentar não deve perder mandato ao se filiar a partido recém-criado

O parlamentar que deixar o partido pelo qual se elegeu para se filiar a uma legenda recém-criada não estará sujeito à perda de mandato. Essa é a posição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Nesta quarta-feira (7), a CCJ acolheu emenda de Plenário para incluir, no projeto que trata da fidelidade partidária ([PLS 266/2011](#)), a criação de novo partido como justa causa para desfiliação. A matéria volta ao Plenário, para decisão final.

O PLS 266/2011 inclui na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995) regra sobre fidelidade partidária, determinando que desfiliação da legenda, sem justa causa, deve ser punida com a perda do mandato. A emenda restitui o texto original, prevendo como causas justas para desfiliação: incorporação ou fusão de partido; desvio do programa partidário; grave discriminação pessoal; e criação de partido.

O projeto já havia sido aprovado em junho de 2011 pela CCJ, mas, na ocasião, a comissão aprovou destaque apresentado pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO) retirando criação de partido como justa causa. O texto modificado foi então enviado ao Plenário, mas voltou agora para a comissão para análise de emenda, apresentada pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Em seu voto contrário à emenda, Demóstenes argumentou que a hipótese de considerar criação de partido justa causa para parlamentar deixar a legenda pela qual foi eleito se baseia em norma já superada, editada quando existiam apenas Arena e MDB. Atualmente, ponderou, há um grande número de partidos políticos, não se justificando incentivo para criação de novas legendas.

Demóstenes recebeu apoio dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS). Em posição oposta, os senadores pelo PSDB Aécio Neves (MG), Aloysio Nunes (SP) e Alvaro Dias (PR), além de Pedro Taques (PDT-MT), Romero Jucá (PMDB-RR) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), apoiaram Petecão.

Os senadores a favor da emenda argumentaram que, uma vez que fusão e incorporação são consideradas como causas justas para desfiliação, também deve ser a criação de legenda.

Votação da Reforma Política - Com a apreciação da emenda na CCJ, o PLS 266/2011 poderá ser incluído entre as três propostas da Reforma Política que serão votadas em Plenário no próximo dia 21: financiamento público de campanha ([PLS 268/2011](#)), exigência de referendo para alteração no sistema eleitoral ([PEC 42/2011](#)) e mudança na data de posse de presidente da República, governadores e prefeitos ([PEC 38/2011](#)).

Fonte: Agência de Notícias do Senado

Dilma lamenta rejeição do Senado à recondução de diretor-geral da ANTT

A presidenta Dilma Rousseff lamentou a rejeição do Senado à recondução de Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT),

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

mas disse que respeita a decisão da Casa. A presidenta deverá enviar outro nome para apreciação do Senado. As informações são do porta-voz da Presidência da República, Thomas Traumann.

Nesta quarta (7), o Senado rejeitou a indicação da presidenta para a recondução de Bernardo Figueiredo à diretoria-geral da ANTT. A votação no plenário terminou com 36 votos contra a recondução, 31 a favor e 1 abstenção.

O resultado veio após longa discussão na qual diversos senadores acusaram Figueiredo de estar sob suspeição por causa de irregularidades apontadas na agência pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A rejeição ao nome de Bernardo Figueiredo foi interpretada por parlamentares como sinal da insatisfação de partidos da base aliada com o governo. Após o resultado, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), reconheceu que muitos senadores dos partidos que dão apoio à presidenta Dilma estão insatisfeitos com a maneira como vêm sendo tratados pelo governo. Segundo ele, os aliados reclamam que não são recebidos pelos ministros e não têm suas demandas analisadas.

O novo indicado da presidenta para a direção-geral da ANTT terá que passar por sabatina e aprovação na Comissão de Infraestrutura do Senado antes de ter o nome analisado pelo plenário da Casa.

Fonte: Gazeta do Povo

STF muda regime de tramitação de medidas provisórias no Legislativo

O regime de tramitação de medidas provisórias (MP) no Legislativo foi alterado nesta quarta-feira (7) pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A partir de agora, todas as MPs editadas pelo Executivo terão que ser apreciadas por uma comissão com deputados e senadores, conforme determina a Constituição. A regra raramente era seguida até então, e em muitos casos a comissão ficava apenas no papel.

O STF decidiu que essa etapa é obrigatória ao julgar a legalidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A medida provisória que resultou na criação do órgão ambiental em 2007 não foi apreciada pela comissão mista, e o STF entendeu que isso bastava para que todo o processo legislativo – e o próprio instituto – fosse considerado ilegal.

Os ministros também deram dois anos para que o Legislativo regularize não só a situação do ICMBio – com nova votação sobre o assunto -, mas também o rito para a apreciação das medidas provisórias. Segundo o ministro Luiz Fux, relator do processo, a decisão desta tarde não é vinculante e se aplica apenas ao instituto. No entanto, ele acredita que o STF sinalizou que outras leis originárias de medidas provisórias devem ser reapreciadas no Congresso Nacional, sob pena de serem derrubadas futuramente.

Atualmente, a votação de medida provisória no Congresso Nacional não passa por qualquer comissão prévia. Como a comissão mista não é formada oficialmente, o assunto vai direto para um relator da Câmara dos Deputados, que reúne possíveis emendas para apresentar o texto ao plenário. Depois de votado na casa, o mesmo processo se repete no Senado.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

No julgamento desta tarde, os ministros do STF criticaram a simplificação do rito das medidas provisórias e a influência do Executivo nos assuntos do Congresso Nacional. “O que se quer é o mínimo de democracia deliberativa e participativa por parte do parlamento. Talvez com isso se esteja aviando um remédio contra esses abusos notórios que são a negociação a partir de um relato”, disse o ministro Gilmar Mendes.

Para o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, a obrigatoriedade da comissão mista não deve atrapalhar os assuntos de interesse do governo no Congresso, inclusive porque os prazos de tramitação não foram alterados. “Eu acho que é possível funcionar, é uma questão de adaptação. É uma comissão como as outras, que têm rito de prazos e funcionam”.

Adams também entendeu que com decisão de hoje, o STF mostrou que não é possível editar qualquer regra sobre medidas provisórias além das previstas na Constituição. “Pela linha que o STF adotou, o rito da MP é muito fechado e está previsto na própria Constituição.

Fonte: Gazeta do Povo

Comissões Permanentes da Câmara elegem Presidentes e Vices

As 20 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados iniciaram nesta quinta-feira (8) seus trabalhos e elegeram seus Presidentes e Vices para um ano de mandato. A distribuição das vagas obedece ao princípio da proporcionalidade partidária, conforme o tamanho da bancada no início da legislatura (2011).

As maiores bancadas desta legislatura – PT e PMDB - ficaram com três comissões cada uma. Já o PP, DEM, PSDB e PR com duas e os demais partidos com uma comissão.

O PSD, apesar de ser a quarta maior bancada da Câmara, não participou na distribuição da Presidência das comissões. O partido reivindicava o direito de presidir duas comissões da Câmara em 2012, mas decisão do Presidente Marco Maia considerou de que a distribuição das comissões é definida conforme o desempenho dos partidos nas eleições e não se altera durante a legislatura. Como o PSD foi criado após as últimas eleições, não participam da distribuição.

Fonte: CNI

As Comissões Permanentes ficam assim distribuídas:

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Comissão	Presidente e 1º Vice	Partido
Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC	Ricardo Berzoini 1º Vice – Alessandro Molon	PT/SP PT/RJ
Educação e Cultura – CEC	Newton Lima 1º Vice - *	PT/SP
Direitos Humanos e Minorias – CDHM	Domingos Dutra 1º Vice – Erika Kokay	PT/MA PT/DF
Finanças e Tributação – CFT	Antônio Andrade 1º Vice – Lúcio Vieira Lima	PMDB/MG PMDB/BA
Viação e Transportes – CVT	Washington Reis 1º Vice – Alexandre Santos	PMDB/RJ PMDB/RJ
Amazônia Integração Nacional e de Desenvolvimento CAINDR	Wilson Filho 1º Vice - *	PMDB/PB

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Efraim Filho 1º Vice - *	DEM/PB
Saúde e de Seguridade Social e Família	Mandetta 1º Vice – Fábio Souto	DEM/MS DEM/BA
Legislação Participativa	Anthony Garotinho 1º Vice – Dr. Grillo	PR/RJ PSL/MG
Turismo e Desporto	José Rocha 1º Vice - Afonso Hamm	PR/BA PP/RS
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	Raimundo Gomes de Matos 1º Vice – Nilson Leitão	PSDB/CE PSDB/MT
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	Eduardo Azeredo 1º Vice – Ruy Carneiro	PSDB/MG PSDB/PB
Minas e Energia	Simão Sessim 1º Vice - *	PP/RJ
Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	Márcio Reinaldo Moreira 1º Vice - Renato Molling	PP/MG PP/RS
Defesa do Consumidor	José Chaves 1º Vice – Eros Biondini	PTB/PE PTB/MG
Desenvolvimento Urbano	Domingos Neto 1º Vice – Leopoldo Meyer	PSB/ CE PSB/PR
Fiscalização Financeira e Controle	Edmar Arruda 1º Vice – Edson Santos	PSC/PR PT/RJ
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Sarney Filho 1º Vice – Penna	PV/MA PV/SP
Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Perpétua Almeida 1º Vice – Manuela D’ávila	PCdoB/AC PCdoB/AC
Trabalho, de Administração e Serviço Público	Sebastião Bala Rocha 1º Vice – Flávia Morais	PDT/AP PDT/GO
Comissão Mista de Orçamento –	Paulo Pimenta	PT/RS

* Pendente de indicação.

Projeto proíbe empresas de *factoring* de utilizar juizados especiais

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3115/12, do deputado João Arruda (PMDB-PR), que proíbe empresas que trabalham com cheques endossados de terceiros de entrar com ação em juizados especiais para pleitear o recebimento desses títulos.

O projeto evita, por exemplo, que empresas de *factoring* (que compram cheques pré-datados com desconto) entrem com ação em juizados especiais para receber os cheques antecipadamente.

O deputado lembra que, pela Lei dos Juizados Especiais (9.099/95), apenas pessoas físicas,

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

microempresas, Oscips e sociedades de crédito ao microempreendedor são partes legítimas para entrar com ação nesses juizados. Ele explica que as empresas de factoring não se enquadram em nenhuma dessas categorias, mas, por falta de uma vedação explícita na lei, recorrem aos juizados especiais para fugir do trâmite mais lento da Justiça comum.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado apenas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

EC acaba com regra que impede redução de bancadas estaduais na Câmara

Está em análise na Câmara a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/12, do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), que permite a redução das bancadas estaduais e do Distrito Federal na Câmara, desde que respeitados o número mínimo de oito e o máximo de 70 deputados para cada uma.

O texto mantém o número de parlamentares em 513 (limite máximo determinado pela Lei Complementar [78/93](#)) e os limites mínimo (8) e máximo (70) de representantes por bancada, mas revoga um dispositivo do Ato das Disposições Transitória (ADCT) que assegura a irredutibilidade da representação dos estados e do DF na Câmara dos Deputados.

A PEC também determina que os ajustes referentes à representação dos estados e do DF passarão a ser feitos a cada dez anos, no ano anterior à eleição subsequente à realização do censo populacional. Atualmente a Constituição Federal determina apenas que esses ajustes sejam feitos no ano anterior às eleições.

Texto impreciso - Segundo o autor, a regra de irredutibilidade do ADCT retira a precisão dos dispositivos legais que abordam a questão do número total de deputados. “Enquanto não cabem dúvidas quanto à fixação do número mínimo de oito e máximo de 70 deputados para cada estado, proporcionalmente a sua população, não há como garantir a irredutibilidade das atuais bancadas estaduais na Câmara fixando-se o número total de deputados nos atuais 513 representantes”, afirma.

O parlamentar argumenta ainda que, no caso da criação de novos estados, e mantendo-se os números mínimo e máximo definidos atualmente pela Constituição Federal, o dispositivo do ADCT produziria necessariamente um aumento no número total de deputados.

“As mudanças previstas na PEC deixam o texto constitucional mais preciso e aumentam a segurança jurídica, além de garantir a todas as unidades da federação uma real igualdade de tratamento no âmbito do sistema proporcional”, ressalta Mendonça Júnior.

Tramitação

A admissibilidade da PEC será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso aprovada, será criada uma comissão especial para analisar o mérito da proposta, que deverá ser votada em dois turnos pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Infraestrutura

Após greves, operários da Copa exigem piso salarial unificado e até ingressos para os jogos

Sindicatos, federações e confederações sindicais da construção, incluindo organizações que representam os trabalhadores das cidades-sede da Copa, irão se reunir na próxima terça-feira em Brasília, com objetivo de entregar a Pauta Nacional Unificada para a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e ministérios do governo. Entre outras reivindicações está a criação de um piso salarial unificado para todos os operários que estão envolvidos com projetos do Mundial.

Além da unificação do piso salarial, os trabalhadores também querem um aumento do valor de pagamento de horas-extras e de benefícios sociais aos trabalhadores do setor da construção no Brasil. Com ela os sindicatos já promovem suas negociações de forma regional e agora se organizam para ações nacionais articuladas.

Neste mesmo dia 6 de março, organizações de todo o país, entre elas sindicatos das cidades-sede da Copa estarão se mobilizando e promovendo atividades em suas regiões para divulgar e apoiar o encontro de Brasília para a entrega da pauta nacional unificada.

A Campanha por Trabalho Decente na Copa do Mundo no Brasil faz parte de uma estratégia já desenvolvida junto aos sindicatos do setor da construção sul-africanos e implicou em 26 mobilizações no período que antecedeu os jogos de 2010 na África do Sul, entre elas uma greve nacional. Por aqui, um movimento paradiplomático que ganhe a adesão de todos os estádios da Copa não é descartado, acaso as negociações sobre a pauta que será apresentada nesta terça não evoluam.

A pauta unificada tem como origem a "Declaração de São Paulo", que foi apresentada ao conjunto da sociedade após a reunião realizada pelos sindicatos que participam da *Campanha por Trabalho Decente Antes e Depois de 2014*, articulada pela Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM).

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

O QUE QUEREM OS OPERÁRIOS DA COPA	
Piso salarial unificado no país	Para todas as obras, piso de R\$ 968 mais crescimento real do setor da construção para os não qualificados (ajudante e servente). Para os qualificados, acréscimo de 30% sobre este piso
Plano de Saúde	Para todos os trabalhadores das obras e extensivo aos familiares
Cesta Básica	De R\$ 300, paga por meio de cartão-alimentação
PLR*	No valor de dois salários
Folga familiar	De cinco dias a cada 60, a começar em uma segunda-feira e somando-se às folgas de sábado e domingo, para o trabalhador voltar à sua cidade de origem e ver a família
Hora extra	De 80% em dias de semana, 100% aos sábados e 150% aos domingos e feriados
Ingressos para os jogos da Copa	Reivindicação que será levada à Fifa. Pelo menos um ingresso para cada trabalhador dos estádios
* Participação nos Lucros e Resultados	
Fonte: sindicatos das obras da Copa	

Fonte: BOL - Notícias

Meio Ambiente

CRE RE e CMA debatem com o Secretário-Geral da Conferência Rio+20.

As Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Meio Ambiente (CMA) do Senado se reuniram nesta quinta-feira (8), em audiência pública conjunta, para debater com o embaixador Sha Zukang, secretário-geral do evento, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizada no Brasil de 20 a 22 de junho.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

A Rio+20 terá dois eixos de discussão: economia verde (no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza) e quadro institucional de governança global para a sustentabilidade. O evento deverá contar com a presença de mais de 100 Chefes de Estado (dos quais 55 já confirmaram presença) e delegações representando 193 países.

Sha Zukang, apresentando o processo político dessa Conferência da ONU, destacou que o mundo não precisa de mais palavras no seu caminho para o desenvolvimento sustentável, mas sim de mais ações que gerem resultados concretos, devendo implantar os acordos já firmados na Rio-92, realizada há 20 anos. Defendendo que a mensuração do desenvolvimento deve ir além da avaliação do PIB, listou sete temas a serem tratados de forma prioritária: água, energia, alimentos, oceanos, cidades, geração de empregos e padrões de consumo.

O documento preparatório da Rio+20 (intitulado Minuta Zero), traz diretrizes para adoção da economia verde como um caminho para a sustentabilidade que cada país deve implantar de acordo com suas peculiaridades, e não como um conceito que se preste à imposição de novas barreira ao comércio ou novas condicionalidades à ajuda externa para os países menos desenvolvidos. A Rio+20 proporá um conjunto de metas para o Desenvolvimento Sustentável Global, que serão detalhadas e implantadas após

2015, em substituição às Metas do Milênio que irão expirar nessa data.

Luiz Alberto Figueiredo, embaixador e coordenador da Comissão Nacional da Rio+20, também presente à audiência, em resposta à preocupação dos senadores de que o conceito de economia verde venha a ser utilizado como instrumento de protecionismo comercial pelos países desenvolvidos por não estar claramente estabelecido, defendeu o engajamento multilateral como o caminho para a sustentabilidade.

Afirmou que, do ponto de vista do governo brasileiro, a conferência fala de três coisas integradas: crescer, incluir e proteger, porque não há sustentabilidade com fome, sem o crescimento da economia e sem a proteção ambiental. Ele espera que, ao ter a sustentabilidade como base central de um novo modelo de desenvolvimento, a Rio+20 oferecerá uma agenda real para o século 21.

Fonte: CNI

CMA aprova projeto que reajusta valores de multas ambientais

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal aprovou nesta quinta-feira o parecer do senador Sérgio Souza (PMDB/PR) pela aprovação do PLS 731/2011. O projeto, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), altera a Lei de Crimes Ambientais para elevar os limites das sanções pecuniárias, tanto penais quanto administrativas. O multiplicador que incidirá no valor da multa penal, quando esse se revelar ineficaz, será elevado de três para cinco.

Já no caso da multa administrativa, o limite inferior passará a ser de trezentos reais (atualmente é de cinquenta reais) e o superior passará a ser de duzentos milhões de reais (hoje é de cinquenta milhões de reais).

O projeto tramitará ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

terminativa. Se aprovado, segue para a apreciação pela Câmara dos Deputados.

Fonte: CNI

Proposta proíbe uso de caixas de papelão para embalar compras

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3185/12, do deputado Salvador Zimbaldi (PDT-SP), que proíbe supermercados, mercearias, açougues, bares, restaurantes e outros estabelecimentos similares, a usarem caixas de papelão para embalagem ou transporte de compras de clientes. As caixas de papelão, usadas pela indústria nas vendas em grandes quantidades para o comércio, é reutilizada como embalagem pelos comerciantes, especialmente supermercados e hipermercados. O uso cresceu recentemente com a proibição de sacolas plásticas em algumas cidades.

A proposta de Savador Zimbaldi torna obrigatória a destinação dessas embalagens para reciclagem. Ele lembra que os estabelecimentos comerciais são responsáveis pelo gerenciamento e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados por suas atividades. “Distribuindo aos consumidores as caixas de papelão para serem reutilizadas, os supermercados, por exemplo, repassam a responsabilidade para o consumidor.”

Penalidades - O projeto prevê advertência, multa de R\$ 10 mil (valor que será dobrado em caso de reincidência) ou suspensão das atividades por cinco dias para os estabelecimentos que descumprirem a lei. Em caso de desrespeito frequente à norma, e pena poderá ser de fechamento definitivo.

A fiscalização ficará a cargo de órgãos federais e de vigilância sanitária, que também poderão aplicar as penalidades previstas na lei que estabelece as infrações à legislação sanitária federal (Lei [6.437/77](#)).

Higiene - O autor argumenta que a reutilização de caixas de papelão representa elevado risco à saúde pública. Segundo ele, estudos indicam maior quantidade de bactérias nessas embalagens que em sacolas plásticas ou ecobags, por exemplo. “Foram verificados coliformes totais em 80% das amostras de caixas de papelão, 62% apresentaram coliformes fecais e 56% Escherichias coli, além de fungos, bolores e leveduras”.

Tramitação - O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Relator: recuperação de APPs dificulta votação do Código Florestal

O relator do projeto de novo Código Florestal (PL 1876/99), deputado Paulo Piau (PMDB-MG), disse que o ponto que ainda dificulta a votação do [texto vindo do Senado](#) é a recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) de margens de rios. Piau reuniu-se nesta quarta

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

com líderes da base do governo e com os ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro, e do Meio Ambiente, Izabela Teixeira.

Embora continue as negociações, o relator adiantou ser favorável ao texto da Casa revisora. Segundo Piau, a redação do Senado para recuperação de APPs de margens cursos d'água – que prevê reconstituição de 15 metros de vegetação para rios de até 10 metros, e de uma faixa entre 30 e 100 metros para os demais – vai “expulsar uma grande quantidade de produtores rurais do campo”.

Ainda assim, ele acredita que esse aspecto poderá ser resolvido pelo Executivo, uma vez que a recuperação de APPs deve começar efetivamente pelo menos três anos após a promulgação da lei.

No geral, Piau considera que o texto do Senado é mais preciso e confere “maior segurança jurídica” ao País.

Médias propriedades - De acordo com o relator, o maior problema está nas médias propriedades, entre 4 e 15 módulos fiscais. “Esses proprietários terão de recuperar toda a reserva legal e as APPs, o que inviabiliza muitas dessas propriedades”, sustentou.

Tanto o texto da Câmara quanto o do Senado isentam as pequenas propriedade – até quatro módulos fiscais – da recomposição de reserva legal.

Alterações - O relator alterou 28 pontos do texto do Senado. Segundo ele, a maioria não é de mérito. Representantes da bancada ruralista discordam das alterações promovidas pelo Senado.

Na opinião do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, existem oito pontos sem acordo, mas que podem cair para dois, que devem ir a voto no Plenário da Câmara. O ministro acrescentou que tem interesse em ver o código aprovado, porque traz avanços importantes para a agricultura. “O governo vai tentar aparar ao máximo as arestas, mas pelo governo a votação não deve mais ser adiada.”

O líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), lembrou que também há divergência quanto à previsão de 20 metros de área verde por habitante em áreas de expansão urbana. Piau explicou que essa exigência poderá encarecer o valor dos lotes urbanos e tornar mais onerosos inclusive projetos de habitação social.

Conversa com ministros -Piau ainda vai conversar novamente com o ministro da Agricultura e com a ministra de Meio Ambiente, Izabela Teixeira, antes de entregar o texto. Mesmo com as divergências, Piau acredita que será possível votar o novo código na próxima terça-feira (13). Em sua concepção, “o pior para o Brasil é não votar”.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

CÓDIGO FLORESTAL

diferenças entre os textos da Câmara e do Senado

Confira algumas das diferenças entre o texto de reforma do Código Florestal (PL 1876/99) aprovado pelos deputados, em maio de 2011, e o revisado pelos senadores, em dezembro. O projeto agora volta à Câmara para nova votação.

APP e RESERVA LEGAL

Senado

Ocupação irregular em Área de Proteção Permanente (APP) ou reserva legal só poderá ser regularizada se for anterior a 22 de julho de 2008. Se for mais recente, as atividades deverão ser interrompidas e a vegetação, recuperada.

Câmara

Para APPs, a data é a mesma, mas o texto poderia abrir brecha para regularização de ocupações posteriores. Sobre reserva legal, o projeto não menciona data limite.

MARGEM DE RIO

Senado

- Nos rios com até dez metros de largura, o proprietário deverá recompor uma faixa de 15 metros de vegetação em APPs.
- Nos rios maiores em pequena propriedade, a recuperação será numa faixa entre 30 e 100 metros de vegetação.
- Em propriedades maiores, os critérios serão definidos pelos conselhos estaduais de meio ambiente, mas as APPs também deverão ter entre 30 e 100 metros.

Câmara

Define a faixa de recuperação apenas nos rios com até dez metros de largura; de 15 metros (número mantido no texto do Senado). Nos rios maiores, os limites serão definidos pela União e pelos estados.

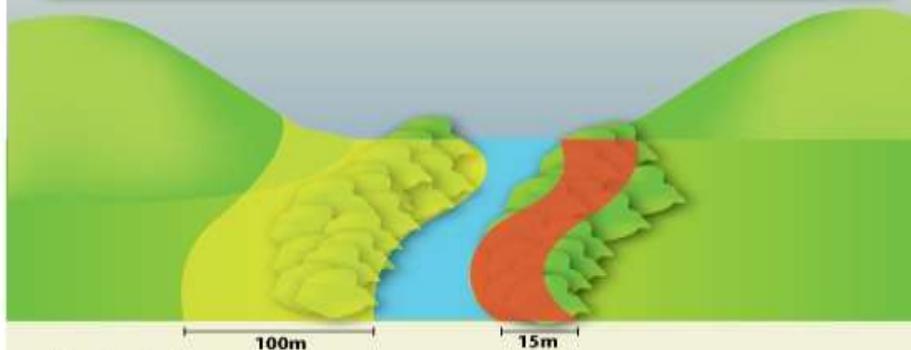
NOVOS CAPÍTULOS

Senado

O projeto aprovado pelos senadores cria um capítulo específico para a agricultura familiar e outro para as áreas verdes urbanas.

Agricultura familiar – Entre outras medidas, o texto do Senado prevê que o Poder Público crie programa de apoio técnico e de incentivo financeiro para ajudar os pequenos proprietários a preservar e recuperar áreas de vegetação nativa.

Cidades – Pelo texto do Senado, nas novas expansões, o município terá de assegurar pelo menos 20 metros quadrados de área verde por habitante.



Proposta do Senado

- Em rios com até 10m – deverá ser recuperada uma faixa de 15m de vegetação.
- Em rios maiores – deverá ser recuperada uma faixa entre 30 e 100m de vegetação.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Relações do Trabalho

Projeto aumenta período de seguro-desemprego para mulheres chefes de família

Projeto de lei que aumenta de quatro para seis meses o período de recebimento do seguro-desemprego para mulheres que são chefes de família foi aprovado nesta quarta-feira (7) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 525/11 também estabelece que para as chefes de família desempregadas serem beneficiadas com a mudança, a renda máxima no momento da perda do emprego não pode ultrapassar três salários mínimos – e a demissão tem de ser sem justa causa. Aprovado terminativamente, o projeto será encaminhado agora à Câmara dos Deputados.

A proposta, que tem como autora a senadora Ana Rita (PT-ES), também reduz o período aquisitivo – o tempo mínimo de serviço para que a pessoa faça jus ao seguro-desemprego – de 16 para 14 meses.

Quando apresentou o projeto, em agosto passado, Ana Rita afirmou que a proporção de mulheres chefes de família no Brasil subiu de 25,9% para 34,9% entre 1998 e 2008. Ela também ressaltou que a porcentagem de núcleos familiares compostos por mães que cuidam sozinhas dos filhos teria crescido de 4,4% para 5,9%.

A senadora citou ainda estudo de 2010 segundo o qual as mulheres brasileiras – e principalmente as negras – têm salários muito inferiores aos dos homens, mesmo quando possuem nível superior.

Em seu relatório sobre a matéria, a senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu a aprovação do texto – que altera a Lei 7.998, de 1990.

Fonte: Agência de Notícias do Senado

CCJ aprova integralidade e paridade de proventos para aposentados por invalidez

Após comemorar a aprovação, nesta quarta-feira (7), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da proposta de emenda à Constituição (PEC 5/12) que garante a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente, o presidente do colegiado, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), informou a chegada à comissão do projeto de lei da Câmara (PLC 2/12) que institui o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais.

Eunício designou o senador José Pimentel (PT-CE) – ex-ministro da Previdência Social no governo Luiz Inácio Lula da Silva – relator da matéria e pretende negociar sua indicação para a mesma função nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), que

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

também vão analisar a PEC 5/12.

A proposta limita as aposentadorias pagas pela União ao teto do Regime Geral da Previdência Social, hoje fixado em R\$ 3.916,20, e tramita em regime de urgência no Senado.

Antes de encerrar a reunião desta quarta-feira (7), Eunício informou a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública – vinculada à CCJ –, nesta quinta-feira (8), a partir das 8h30, para debater a reforma do Código Penal com membros da comissão de juristas designada para esse fim. Esse grupo de trabalho é presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp.

Fonte: Agência de Notícias do Senado

Piso regional do Rio Grande do Sul terá aumento de 14,75%

Assembleia confirmou ontem reajuste que elevou para R\$ 700 a faixa salarial mais baixa. Por unanimidade, os deputados estaduais aprovaram o novo piso regional do Estado. O texto apresentado pelo governo gaúcho passou na íntegra pela Assembleia Legislativa e garante salário de R\$ 700 para as categorias incluídas na primeira faixa.

A alta de 14,75% aprovada na noite de ontem tem efeito retroativo. Passa a valer em 1º de março nas quatro faixas, válido para trabalhadores que não têm sindicatos organizados e acordo coletivo de trabalho. Embora não alcance o valor mais alto pago entre os cinco Estados que adotam o piso regional, o reajuste causou divergência entre entidades empresariais, governo e sindicatos. São Paulo ficou com o piso mais baixo, de R\$ 690, e o Paraná, mesmo sem definir o reajuste para 2012, ainda paga o maior valor entre os Estados que adotam o instrumento, de R\$ 708,74.

Com o argumento de que o piso regional reduz a competitividade do Estado, entidades empresariais como Federasul, Fecomércio, Fiergs, Farsul e FCDL se reuniram com o presidente da Assembleia Legislativa, Alexandre Postal (PMDB).

Pedimos emenda que excluísse as categorias que têm sindicatos organizados, já que não podemos acabar com o piso disse Zildo de Marchi, presidente da Fecomércio-RS.

A medida não teve adesão e a única emenda apresentada, pelo deputado Paulo Borges (DEM), foi rejeitada. O texto determinava que os trabalhadores de hotéis, bares e restaurantes não entrassem no piso regional, reivindicação do Sindicato da Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre (SindPoa), com o argumento de que a categoria é organizada e tem acordo coletivo de trabalho.

O governo não pode interferir na negociação entre trabalhadores e empregadores organizados diz José de Jesus Santos, presidente do SindPoa.

Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado (CUT-RS), Celso Woyciechowski diz que a medida protege trabalhadores de cidades onde não há acordos: Se trabalhadores e patrões tiverem acordo coletivo, o piso não é aplicado.

Com a aprovação, são incluídos no piso regional funcionários de garagens e estacionamentos e em exibidoras e distribuidoras cinematográficas.

A proposta aprovada ontem também altera a data-base do piso regional, a partir de 2013, de

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

1º de maio para 1º de janeiro, acompanhando a data-base do mínimo nacional."

Fonte: Zero Hora

Aprovado o Projeto que estabelece multa por discriminação do trabalho da mulher

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado Federal aprovou ontem o PLC 130/2011, de autoria do deputado Marçal Filho (PMDB/MS), que estabelece multa específica para o empregador que considerar o sexo, a idade, a cor ou a situação familiar da empregada, para fins da remuneração, formação profissional e oportunidade de ascensão profissional.

O empregador que descumprir a lei será obrigado a pagar à empregada multa correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período da contratação.

CUT critica proposta de lei trabalhista mais flexível - A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criticou ontem o projeto, em gestação no governo Dilma Rousseff, de modernizar as leis trabalhistas para formalizar o trabalho eventual e por hora para o setor de serviços.

Segundo o presidente da entidade, Artur Henrique, é preciso criar travas, por exemplo, para evitar que empresas transfiram empregados de uma forma "positiva", como são os contratos amparados pela lei hoje, para modelos em que "os trabalhadores têm menos direitos".

"A base da nossa visão é que qualquer alteração nas leis trabalhistas tem de ser para ampliar direitos, ainda mais porque estamos vivendo um momento ímpar, gerando recorde de vagas de emprego, com aumento de renda", afirmou o sindicalista.

"Temos um contingente no comércio e serviços contratado de forma precária, qualquer proposta tem de vir para ajudar na formalização destes trabalhadores", acrescentou.

Henrique disse que se surpreendeu com a notícia de que o governo vem formatando uma proposta, conforme revelou o Estado no domingo. O sindicalista afirmou que vai solicitar acesso a todos os "estudos e propostas" relacionados a mudanças nas leis trabalhistas. "Não fomos procurados", afirmou.

Proposta. Desde o ano passado, o Ministério do Trabalho vem debatendo uma proposta para criar novas formas de contrato no setor de serviços, com a manutenção dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O governo espera enviar um projeto de lei ao Congresso nos próximos meses propondo a alteração, como parte de um bloco de políticas para o setor de serviços do Plano Brasil Maior, a política industrial de Dilma.

Em janeiro, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, defendeu mudanças na lei durante visita a Nova York.

"Vamos adaptar um segmento da lei que vai permitir mais trabalho, renda e a melhora do atendimento ao consumidor", disse na ocasião.

A proposta recebeu o apoio de sindicatos patronais, como a Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e da Força Sindical.

Ontem, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

(Fecomercio-SP), também divulgou nota defendendo as mudanças. De acordo com a nota, "a ideia é muito boa", mas exige atenção do governo quanto à sua operacionalização.

Fonte: Estadão

Aprovado o Projeto que permite a ausência do trabalhador ao serviço para comparecimento às reuniões escolares dos seus filhos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (7) o PLS 620/2011, de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB/BA), que permite a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola.

Cumprе ressaltar, que o projeto ainda será apreciado pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte – CE e de Assuntos Sociais - CAS.

Fonte: CNI

Projeto estabelece folga de um dia por ano para trabalho comunitário

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3129/12, do deputado Mandetta (DEM-MS), que permite ao empregado faltar ao serviço um dia por ano para participar de trabalhos comunitários. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT- Decreto-Lei [5.452/43](#)). A medida, segundo o deputado, vai estimular o trabalho comunitário e, conseqüentemente, o engajamento social e a colaboração com políticas públicas. Ele argumenta que, apesar da disposição de algumas pessoas em participar de ações comunitárias, as longas jornadas de trabalho combinadas às tarefas da vida familiar, acabam se tornando um empecilho. "Nada mais justo", segundo ele, "que os empregadores liberem seus empregados, uma única vez a cada ano" para participar dessas ações. Ele afirma que a concessão da folga pelas empresas cumprirá um papel social importante e estimulará o voluntariado.

Tramitação - O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Previdência Social:

PLS 490/2011 - Projeto reduz as alíquotas da contribuição previdenciária patronal

O projeto que reduz as alíquotas da contribuição previdenciária patronal, de autoria do senador Ataídes Oliveira, teve vista coletiva concedida, após defesa efusiva do empresariado

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

brasileiro feita pelos senadores Cyro Miranda (PSDB/GO) e Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). O senador Paulo Paim (PT/RS), ao final da sessão, pediu para que o projeto não retorne para a pauta, porque solicitará audiência pública.

Fonte: CNI

Proposta pode limitar reeleições para diretorias de sindicatos

Está em análise na Câmara proposta para limitar, a um total de dois, o número de mandatos consecutivos para uma mesma diretoria de sindicato. Assim, pelo Projeto de Lei 3166/12, do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), um grupo poderá comandar o sindicato apenas por dois períodos seguidos de três anos.

Depois desse prazo, os membros da diretoria somente poderão concorrer à nova eleição depois de decorrido um prazo de quatro anos. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei [5.452/43](#)), que atualmente apenas estabelece que cada mandato tenha duração de três anos, sem estabelecer limite para o total de reeleições.

O autor da proposta afirma que alguns dirigentes sindicais perpetuam-se no poder com base em artifícios como a criação de obstáculos ao registro de candidaturas de oposição. “O objetivo desta proposta é possibilitar a alternância de poder, salvaguardando, dessa forma, o interesse da categoria”, argumenta o parlamentar.

Tramitação - A proposta tramita apensada ao Projeto de Lei [4430/08](#), que também trata de organização sindical.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

Senado aprova MPV 545/2011 – AFRMM / Tributos na cadeia produtiva do café

O Senado aprovou esta noite, sem alterações, o texto recebido da Câmara para o projeto de lei de conversão à MPV 545/2011, que transfere para a Secretaria da Receita Federal do Brasil a competência para arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), altera o prazo para recolhimento do IOF sobre contratos de derivativos financeiros, altera a incidência de PIS/COFINS na cadeia produtiva do café e institui o Programa Cinema Perto de Você.

O relator, Sen. Eunício Oliveira (PMDB/CE), concluiu em seu parecer pela manutenção das alterações inseridas no texto pela Câmara dos Deputados, entre as quais se destacam:

Novas regras relacionadas a operações de crédito rural, tais como concessão de rebate para liquidação de operações que tenham sido renegociadas, assim como a suspensão das execuções judiciais e dos respectivos prazos processuais;

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Supressão de dispositivo que dispunha sobre regra de restrição à importação de veículos, vez que a questão já foi transformada em lei (Lei 12.546/11);

Autorização excepcional para aplicação de recursos do Fundo de Investimento do FGTS para projetos associados a Copa do Mundo e olimpíadas, nas cidades sedes desses eventos, assim considerados os projetos de infraestrutura aeroportuária, de transporte e mobilidade urbana, e de empreendimentos hoteleiros, que, direta ou indiretamente, sejam necessários para garantir a realização desses eventos, bem como para as atividades de petróleo e gás, vinculadas à exploração do pré-sal;

Alterações no Programa Cinema Perto de Você, priorizando a exibição de filmes nacionais e prevendo acessibilidade aos espaços das novas salas e cinemas.

Seguem os principais pontos da MPV, mantidos no texto aprovado:

Competência para arrecadação do AFRMM - transfere do Ministério dos Transportes para a SRFB a competência para administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, rateio, restituição e concessão de incentivos do AFRMM.

Determina que o AFRMM sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência do crédito tributário e de consulta. A SRFB definirá forma e prazo para que o responsável pelo transporte aquaviário disponibilize os dados necessários ao controle da arrecadação do AFRMM, não sendo mais aplicáveis os prazos previstos anteriormente para encaminhamento dessas informações ao Ministério. Em decorrência dessa alteração, adapta normas ligadas ao pagamento do AFRMM, isenção, ressarcimento por benefícios de isenção, mercadorias submetidas a regime aduaneiro especial, Taxa de Utilização do MERCANTE.

Prazo para recolhimento do IOF sobre derivativos - o recolhimento do IOF no caso de operações relativas a contrato de derivativos financeiros será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores e não mais no terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência.

Alteração na incidência de PIS/COFINS na cadeia produtiva do café - suspende a incidência de PIS/Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de café não torrado e cascas e películas de café. Para as pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, estabelece crédito presumido de PIS/COFINS de 10% dos 9,25% devidos, calculados sobre a receita de exportação desse mesmo café. Também concede crédito presumido de 80% dos 9,25% devidos, calculados sobre o valor de aquisição do café não torrado utilizado na elaboração do café torrado e de extratos, essências e concentrados de café e preparações à base destes extratos, essências ou concentrados ou à base de café.

O projeto de lei de conversão será agora remetido à sanção presidencial.

Fonte: CNI

Arrecadação cresce e torna viável desoneração tributária

Receitas extraordinárias no valor de R\$ 4,5 bilhões explicam o recorde. Nada menos que R\$ 4 bilhões desse total foram depositados nos cofres federais por instituições financeiras que aproveitaram sobras de caixa para antecipar o recolhimento de tributos - Imposto de Renda,

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a previdenciária - e evitar a correção pela Selic. O caixa do governo também foi reforçado pelo pagamento de R\$ 5,2 bilhões em royalties do petróleo e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre o mercado de derivativos, que somou R\$ 280 milhões e contribuiu para que a arrecadação desse imposto somasse R\$ 2,9 bilhões, com 16,5% de crescimento sobre dezembro.

O aumento da arrecadação foi importante para o superávit primário, também recorde de R\$ 26 bilhões obtido em janeiro, o melhor para o mês desde o início da série, em 2001, e o equivalente a cerca de 19% da meta para 2012, de R\$ 139 bilhões ou 3% do PIB.

As receitas extraordinárias têm sido frequentes e foram importantes na arrecadação recorde de 2011, que chegou a R\$ 969,9 bilhões, beirando o R\$ 1 trilhão pela primeira vez. Mas também contribuiu a maior eficiência da fiscalização e da cobrança de tributos.

No entanto, o que está nos fundamentos da contínua melhora da arrecadação tributária no país é a crescente formalização do emprego e das empresas, que engorda as contribuições previdenciárias e a arrecadação do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas.

Dessa forma, sem criar novos impostos ou elevar alíquotas, o governo vem aumentando a carga tributária, que já era elevada. De acordo com reportagem publicada pelo Valor em 16/2, a carga tributária subiu de 32,72% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 para 33,99% do PIB em 2011, puxada principalmente pela alta expressiva dos impostos ligados à renda, responsável por metade do avanço. Tributos relacionados à folha de salários e a bens e serviços também contribuíram para a alta. A Receita Federal havia informado uma carga tributária de 33,56% para 2010, antes da divulgação do novo valor do PIB nominal, levado em conta na reportagem. O aumento foi, portanto, de quase 1 ponto do PIB na carga tributária em 2011. Neste século, a carga tributária só foi maior em 2008, quando atingiu 34,10%.

De acordo com a reportagem, o peso dos impostos sobre a renda subiu de 6,02% do PIB em 2010 para 6,65% no ano passado - 60% do crescimento pode ser atribuído ao aumento dos tributos recolhidos pelas empresas, impulsionado pelos lucros e pela maior formalização. A entrada em vigor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e o Supersimples, que tornaram mais barata a contratação de funcionários com carteira assinada pelas empresas de menor porte, estimularam a formalização das empresas. Grandes companhias pressionam os fornecedores a se formalizar para terem direito aos créditos tributários.

A formalização deve continuar nos próximos anos, especialmente no mercado de trabalho. No ano passado, 53,6% da população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas tinha carteira assinada, o que indica que ainda há muito espaço para crescer.

O ponto importante é o que fazer para que essa receita crescente não se esvaia nos gastos com as despesas correntes. Para alguns especialistas, o governo deveria aproveitar para ampliar o investimento público e privado e o crescimento da poupança doméstica em áreas como a infraestrutura para melhorar a competitividade.

Também é possível promover desonerações tributárias que incentivem as empresas a investir mais e a reduzir mais rápido a dívida pública, o que contribuiria para diminuir os juros e aumentar as perspectivas de crescimento de longo prazo. As desonerações tributárias também podem ser dirigidas ao estímulo ao consumo, o que também incentivaria o investimento privado.

Fonte: Valor Econômico

Impostos:

Projeto prevê incentivo fiscal a empresa que doar prótese e cadeira de rodas

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3177/12, do deputado Edson Pimenta (PSD-BA), que permite às empresas que comprarem aparelhos de surdez, próteses, órteses e cadeiras de rodas, para doação, deduzir até 5% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Pela proposta, os artigos deverão ser doados a organizações da sociedade civil de interesse público (oscips) e a organizações não governamentais (ONGs), para distribuição à população carente. “A proposta visa a suprir a carência e a deficiência do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento dessa população”, justifica o autor.

Segundo o texto, caberá à Receita Federal fiscalizar a aplicação do incentivo fiscal. As infrações sujeitarão o contribuinte ao pagamento do valor do imposto devido, além de demais acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada ao contribuinte multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente.

Tramitação - O projeto será distribuído para votação nas comissões da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Senadores chegam a acordo para debater a constitucionalidade de uniformização de alíquotas do ICMS

Em resposta a requerimento do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse, nesta quarta-feira (7), não ser possível realizar mais uma audiência pública – já há duas agendadas- para instruir a votação de projeto de resolução do Senado (PRS 72/11) que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Os dois debates estão marcados para os dias 20 e 22 de março.

Relator da matéria, Ferraço gostaria de ver a questão analisada não só da perspectiva econômica, mas também com relação à sua constitucionalidade. Após entendimento com Eunício - que recusou o pedido para não atrasar a votação do PRS 72/11 -, o senador pelo Espírito Santo concordou em substituir alguns convidados pelos juristas e Roque Carraza. O acordo teve o apoio do senador Armando Monteiro (PTB-PE), que defende a aprovação do projeto.

Os senadores Demóstenes Torres (DEM-GO), Pedro Taques (PDT-MT) e Luiz Henrique (PMDB-SC) fizeram ponderações sobre a possibilidade legal de as medidas contidas no PRS 72/11

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

serem baixadas por meio de resolução do Senado. Segundo Demóstenes, a Constituição Federal exigiria sua regulamentação por meio de lei complementar.

Reunião

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), é autor do projeto e informou que, antes da primeira audiência pública, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá se reunir com governadores e parlamentares do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Goiás – estados que devem perder arrecadação com a uniformização do ICMS- para discutir compensações e saídas econômicas para enfrentar uma eventual redução de receita.

O senador Magno Malta (PR-ES) acredita que o governo federal está decidido a implementar essas medidas, não havendo, portanto, outra saída para os estados prejudicados fora das políticas compensatórias. Já a senadora Marta Suplicy (PT-SP) avalia que esta matéria não deveria ser analisada isoladamente pelo Senado, mas ao lado de outras demandas em tramitação que interferem no pacto federativo. Esse alerta recebeu o apoio de Ferraço.

- O Senado está com uma pauta de assuntos federativos, mas está tratando temas de forma fatiada. É preciso ver a consequência econômica das medidas em cada estado. Se continuarmos debatendo de maneira isolada, poderemos produzir consequências severas para os estados federados – alertou o relator do PRS 72/11.

Apesar de se solidarizar com o drama vivido por estados importadores e exportadores, Eunício não vê alternativa a não ser a busca por novas condições de investimento para compensar futuras perdas de arrecadação. Essa compreensão foi externada momentos antes da reunião da CCJ desta quarta-feira (7), segundo acrescentou, ao ministro Guido Mantega.

- Vivemos uma crise mundial e o Brasil não obteve o crescimento que se desejou – argumentou Eunício.

Direitos dos contribuintes - Em seguida, a CCJ aprovou requerimento do senador Armando Monteiro (PTB-PE) para realização de audiência pública destinada a instruir a votação do PLS 298/11 – Complementar, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte. A lista de participantes inclui, entre outros, o jurista Ives Gandra; o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto; e o presidente do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (Codecon) de São Paulo, Márcio Olívio Fernandes da Costa.

- Pedimos que todos esses projetos sejam suspensos temporariamente até a conclusão da CPI, para que a gente veja o que é possível alterar ou não na legislação vigente – explicou Ana Rita, que também contou com o apoio do senador Magno Malta (PR-ES), relator da matéria.

Fonte: Agência de Notícias do Senado

Despesas com livros técnicos poderão ser abatidas do IR

As despesas com a aquisição de livros técnicos poderão vir a ser deduzidas nas declarações de Imposto de Renda das Pessoas Físicas. A isenção está prevista no projeto de lei do Senado (PLS 549/11), de autoria do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que obteve nesta terça-feira (6) parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

De acordo com a proposta, será permitida a dedução de despesas com a aquisição de livros técnicos “diretamente afeitos à profissão do contribuinte”, além daqueles que sejam “diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes”.

- O Brasil só pode vir a ser uma potência se for uma potência na educação e no conhecimento. Nosso projeto é uma contribuição para o amanhã, pois o crescimento só será sustentado com forte investimento em educação – disse Randolfe ao defender a aprovação da sua proposta pela comissão.

Antes de apresentar seu voto favorável, o relator da matéria, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), observou que o debate a respeito dos efeitos da isenção proposta sobre a arrecadação do governo poderá ser tratado pela CAE, para onde segue o projeto. Por isso, ele preferiu não adiar a votação da matéria, como lhe haviam pedido representantes do governo. Durante o debate, o projeto recebeu ainda o apoio dos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Ana Amélia (PP-RS) Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Conteúdos da Educação - Na mesma reunião, a comissão acompanhou o voto do relator, Cyro Miranda, e rejeitou o projeto de lei da Câmara (PLC 140/10) que se destinava a atribuir à União a incumbência de estabelecer, em conjunto com os estados, os municípios e o Distrito Federal, “conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio”.

Segundo o relator, a questão da qualidade do ensino “não reside na uniformização de conteúdos e consequente restrição da criatividade de cada sistema e de cada escola, mas em outras variáveis, já sobejamente conhecidas pelos parlamentares”.

Rodovias - Foram aprovados em decisão terminativa três projetos que modificam os nomes de uma rodovia, uma ponte e um viaduto. O PLC 99/10, que teve como relatora a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha (MG). O PLC 97/10, cujo relator foi o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná localizada na BR-267, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. E o PLC 31/11, que teve como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75 da BR-153, no município de Bady Bassit (SP).

Fonte: Agência de Notícias do Senado

Estados apoiam ICMS unificado para importação

Os 27 secretários de Fazenda que compõem o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) se reuniram, ontem, em Brasília para discutir a possível aplicação do Projeto de Resolução 72/2010. Desde julho do ano passado, eles estão em acordo com o setor industrial para a equiparação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas transações interestaduais com produtos importados em 4% em todos os estados.

O protocolo, com a intenção de criar um plano de transição de quatro anos para a convalidação dos créditos já concedidos, chegou a voltar à mesa, mas não houve consenso. Se todos o assinassem, a guerra entre os portos teria terminado ontem mesmo, comenta o

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Hauly.

Agora, o projeto, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), é que deve pôr fim à disputa entre os terminais brasileiros pela carga importada. Capitaneadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mais de 40 entidades industriais querem aproveitar o projeto de Jucá, que propõe originalmente a equiparação do ICMS a zero, para sugerir uma emenda que uniformize a alíquota em 4% a simples redução a zero inviabilizaria a fiscalização dos produtos, argumentam as entidades, diminuindo a margem de manobra dos governos regionais.

Atualmente, essas alíquotas variam de 12% a 7% segundo a legislação, mas alguns estados, como Espírito Santo e Santa Catarina, baixaram a cobrança por conta própria para 3% ou 4%, desde que a carga entre pelos seus portos.

Empregos - Segundo a Fiesp, a enxurrada de produtos importados que chegaram ao Brasil nos últimos dez anos equivaleria à perda de 915 mil empregos diretos e indiretos o que explica o apoio da Força Sindical e outras centrais sindicais do país ao movimento. Os importadores, por sua vez, argumentam que impedir os mecanismos de atração da carga importada pelos estados não alterará o número de operações no país. Apenas voltará a concentrá-las nos principais terminais portuários, como Santos (SP).

Nunca entendi muito bem essa renúncia fiscal de estados como Santa Catarina e Espírito Santo, porque o incentivo acaba dando resultados no estado de consumo, não no de origem. De qualquer forma, a aprovação do projeto deixaria o tratamento dos estados à indústria nacional e aos produtos importados em pé de igualdade, avalia Marcos Tadeu Caputi Lélis, professor da pós-graduação em Economia da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) e coordenador de Inteligência Comercial e Competitiva da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento (Apex).

Lélis e outros economistas concordam, no entanto, que o projeto não chega nem a arranhar o ritmo de importações do país. Um dos diretores da consultoria Rosenberg & Associados, Michal Gartenkraut, publicou em abril de 2011, com outro colega da consultoria, um estudo demonstrando que 86% dos produtos da pauta de importação brasileira são de bens intermediários (insumos industriais e combustíveis) e de bens de capital, necessários à ampliação e modernização da produção nacional.

No momento, a matéria aguarda o agendamento de uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e deve, pela vontade do presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), ir a plenário ainda neste mês.

PR ofereceu redução por sete anos, até 2011 - Desde setembro do ano passado, as empresas comerciais que adquirem importados por meio dos portos e aeroportos paranaenses recolhem 6% de ICMS no momento do desembarço e utilizam o crédito presumido de 12% para o restante da operação dentro do país à exceção do setor industrial, que continua pagando uma alíquota menor, de 3%.

A mudança veio depois do julgamento de 14 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho do ano passado, que derrubaram as leis do Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará, Espírito Santo e Distrito Federal que concediam benefícios na cobrança do ICMS.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Entre 2005 e 2011, o Paraná ofereceu desconto de 3% no imposto para as mercadorias estrangeiras que chegassem via Porto de Paranaguá, sob a justificativa do então governador Roberto Requião de defesa contra a concorrência dos outros estados, principalmente Santa Catarina.

Unanimidade - Pelo entendimento do Supremo, os incentivos fiscais só podem ser instituídos após a celebração de convênio entre os estados no Confaz e a concessão de benefícios viola o princípio federativo, do qual decorre a igualdade de tributação em todo o território nacional.

STF - Duas ADIs contra o Paraná, uma movida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outra pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), ainda estão no STF no gabinete do ministro Joaquim Barbosa à espera de conclusão.

O ministro também é o relator de um recurso extraordinário classificado, ainda em outubro de 2011, como de repercussão geral pelo STF.

Nesse recurso, uma indústria questiona decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), que legitimou a negativa do estado em estornar integralmente à empresa o ICMS por ela pago na compra feita em frigorífico do Paraná. O crédito concedido foi de apenas 5% sobre as compras realizadas no Paraná, embora a alíquota destacada na nota fiscal fosse de 12%.

Segundo Barbosa, entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, 11 recursos desse tipo entraram no STF. Para o ministro, o caso deve definir se os entes federados podem, reciprocamente, retaliarem-se por meio de sua autonomia ou, em sentido diverso, compete ao Poder Judiciário exercer as contramedidas próprias da atividade de moderação.

Fonte: Gazeta do Povo

Pessoa com deficiência poderá ter prioridade na restituição do IR

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 3224/12, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que estabelece prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda para as pessoas com deficiência que precisam fazer tratamento contínuo.

Conforme a proposta, o contribuinte que se enquadrar nessa exigência é obrigado a apresentar laudo médico à Receita Federal, comprovando a necessidade do tratamento.

“Os portadores de deficiência têm amparo constitucional para que lhes seja assegurada uma vida digna, pois enfrentam os mais diversos obstáculos”, diz o deputado.

A proposta altera a Lei 10.048/00, que dá direito a atendimento prioritário em diversos locais para pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e acompanhadas por crianças de colo.

Tramitação - A proposta será analisada pelas comissões técnicas da Câmara. A tramitação ainda não foi definida.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Política Social

Fundo poderá financiar capacitação de pessoa com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou nesta terça-feira (6) projeto da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) que cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência, destinado a financiar a qualificação desse segmento da população, para melhor participação no mercado de trabalho. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em caráter terminativo.

O projeto (PLS 587/2011) também prevê a criação de um cadastro de instituições de formação e capacitação de pessoas com deficiência. Estabelece ainda que terão prioridade de financiamento treinamentos dirigidos aos setores do mercado de trabalho com dificuldades de cumprir cotas de contratação de pessoas com deficiência.

A autora argumenta que as cotas, previstas na legislação trabalhista, não estariam sendo respeitadas em razão da falta de trabalhadores profissionalmente capacitados. “Assim, seu treinamento e habilitação, em ocorrendo, removeria o principal óbice à efetividade da lei trabalhista”, diz ela.

Lídice da Mata sugere como fontes de recursos para o fundo dotações do Orçamento da União; contribuições, doações e empréstimos de entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais; e recursos oriundos de multas trabalhistas pelo descumprimento da lei (Lei 8.213/1991) que trata das cotas de pessoas com deficiência nas empresas.

O relatório favorável do senador Magno Malta (PR-ES) foi apresentado na reunião desta terça-feira pelo relator *ad hoc* Lauro Antonio (PR-SE). O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), saudou a aprovação da matéria.

Fonte: Agência de Notícias do Senado

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

PIB do Paraná cresce 4% em 2011 e fica acima da média do País

O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná cresceu 4% em 2011 e ficou acima da média nacional que fechou em 2,7%. No ano passado, o PIB do Estado totalizou R\$ 251,6 bilhões e o do País atingiu R\$ 4,143 trilhões. Com este resultado, a participação paranaense na formação da riqueza nacional voltou a subir, chegando a 6,07%. O índice foi divulgado ontem pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Os dados revelam a quebra de uma tendência. De acordo com o presidente do Ipardes, Gilmar Mendes Lourenço, entre 2003 e 2010, o PIB paranaense evoluiu 3,6% ao ano, contra 4% no País. Isso tinha feito a participação do Paraná na geração de renda do Brasil encolher de 6,4% para 6%. No ano

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

passado, a participação paranaense voltou a subir e atingiu 6,07%. Para ele, o resultado alcançado pelo Paraná é reflexo de três fatores. O primeiro seria a enorme capacidade de resistência do setor privado à orientação macroeconômica restritiva predominante no País, em nome da exagerada preocupação com a espiral inflacionária. O outro ponto é o poder de resposta do segmento produtivo regional às medidas de flexibilização monetária promovidas pelo Banco Central para evitar uma propagação da crise internacional no mercado doméstico. O terceiro fator é a melhoria do clima de negócios no Paraná.

Em 2011, o Estado também teve um crescimento de 7% na produção industrial, contra 0,3% no País e liderou o ranking nacional. No ano passado, as vendas do comércio cresceram 8,8% no Paraná, enquanto no Brasil a elevação foi de 6,6%. Lourenço disse que a evolução destes setores tem ligação direta com o aumento da massa de salários, crédito ao consumo e incentivos à construção civil. Lourenço preferiu não fazer uma estimativa para o PIB do Paraná de 2012, mas acredita que vai ser novamente o do Brasil. Porém isso ainda vai depender do impacto da quebra da safra provocada pela estiagem.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel de Oliveira, disse que o resultado do PIB do Brasil foi baixo para uma economia emergente como a brasileira. "Precisamos reduzir os juros para o País crescer mais", destacou.

Segundo ele, com os juros altos não é possível criar vagas para as pessoas que estão iniciando no mercado de trabalho. O Brasil precisa crescer 4,5% ao ano para gerar emprego, disse. No entanto, apesar de o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ter estimado um crescimento de 4,5% para o PIB neste ano, Oliveira estima uma elevação de 3% a 3,5%. Para ele, o resultado do PIB do País vai depender da crise econômica da Europa e da China. Oliveira disse que para chegar aos 4,5% de crescimento, seria necessário, além de reduzir os juros, aumentar a oferta de crédito e diminuir impostos.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, disse que o resultado do Estado é reflexo da atração de novos investimentos, do aumento do parque fabril, da qualidade da mão de obra e da energia elétrica eficiente. O economista da Fiep, Maurílio Schmitt, afirmou que é hora de o governo admitir que os problemas não estão fora do País, mas dentro, ou seja, não colocar todas as razões na crise econômica internacional. Ele disse que no Brasil pesam muito a falta de infraestrutura, o custo financeiro e a alta carga tributária.

Fonte: Equipe da Folha

Fiep discute projetos de Lei que afetam atividade industrial

Com objetivo de alinhar as demandas da indústria do Paraná junto ao poder Legislativo, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) realizou ontem em Curitiba, o VIII Encontro de Convergência da Agenda Legislativa.

O evento tem por finalidade discutir com as lideranças empresariais os Projetos de Lei em

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

trâmite que vão ao encontro dos anseios do setor produtivo bem como aqueles que divergem dos interesses da indústria e, por consequência, da economia e do desenvolvimento do Paraná.

O fruto desta análise é reunido na Agenda Legislativa da Indústria do Paraná, publicação anual que é entregue aos parlamentares do Estado trazendo o posicionamento do setor industrial sobre as propostas.

Presente no evento, o deputado estadual Reni Pereira (PSB) presidente da Frente Parlamentar da Indústria, destacou a importância da iniciativa da Fiep para nortear a atuação dos deputados estaduais. “Desde o instante que foi lançada na Assembleia Legislativa a Agenda da Indústria vem servindo de referência e estímulo a vários parlamentares”. Segundo ele, a mobilização da federação fomentou a adesão de mais deputados à Frente Parlamentar da Indústria, que hoje reúne 32 deputados.

Fonte: FIEP

BRDE leva linhas de crédito à Expobel

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) participará da 25ª Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Francisco Beltrão (Expobel), que acontecerá entre 9 e 18 de março, no Parque de Exposições Jaime Canet Junior.

Instalado junto ao pavilhão do governo do Estado do Paraná, o espaço do banco contará com a presença constante de dois de seus colaboradores, que atenderão empreendedores dos setores comercial, industrial e rural interessados em contratar os serviços da instituição financeira.

Em seus 50 anos de fundação, o BRDE se consolidou como parceiro daqueles que planejam investir para qualificar e ampliar os negócios. No Paraná, fomentou de forma consistente o nascimento, desenvolvimento e consolidação das cooperativas agroindustriais e, até hoje, caminha lado a lado dessas que se tornaram as principais empresas do Estado. O banco sempre apoiou diretamente o produtor em seus projetos de investimento. Do melhoramento do solo à compra de máquinas e equipamentos, a instituição financeira oferece linhas de crédito de longo prazo e com juros baixos para atender todos aqueles que fazem da terra, do comércio ou da indústria o seu grande negócio.

Os representantes do Paraná na diretoria do BRDE, Jorge Gomes Rosa Filho (diretor Financeiro) e Nivaldo Assis Pagliari (diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos), participarão da solenidade de abertura da Expobel. “É um evento importante que reúne representantes de diversos ramos da atividade econômica. O BRDE, como banco público de fomento que é, estará presente, com toda sua expertise no financiamento de projetos de todos os portes, fazendo um trabalho de prospecção de novos negócios e orientação para quem está buscando linhas de crédito”, disse Rosa Filho.

“O Sudoeste do Paraná une crescimento industrial, comercial e agrícola. É referência de economia sadia e diversificada e a Expobel é uma mostra do que está sendo feito pelos empreendedores da região para seguir evoluindo. O BRDE se coloca, não só nesta, mas em

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

todas as feiras que participa, como opção para os que investem no avanço dos seus negócios. De passagem, diga-se: é a melhor opção para o empreendedor”, afirma Pagliari.

Expoagro - O BRDE também estará presente com suas linhas de financiamento na 8ª Expoagro, que acontecerá de 16 a 18 de março no parque de eventos de Laranjeiras do Sul (PR).

O foco da feira em 2012 são as novas tecnologias para a área rural. O evento divulgará o setor de confecções, contará com exposição de máquinas e equipamentos agrícolas, calçados e acessórios do comércio em geral, leilões de animais e shows.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Deputados aprovam seis projetos de lei e 20 indicações

Na sessão plenária desta terça-feira (6) os deputados paranaenses discutiram e aprovaram seis projetos de lei, 20 indicações parlamentares e decidiram manter três vetos do Poder Executivo, enquanto outro veto teve sua discussão adiada. Entre as matérias que concluíram o trâmite processual no Legislativo e seguem agora para sanção (ou veto) governamental, está o projeto de lei nº 564/11, de autoria do deputado Roberto Aciolli (PV), que obriga mercados e supermercados a disporem os produtos diets e lights em locais totalmente separados e com indicações visíveis, evitando que os consumidores possam se confundir e associar os dois produtos à perda de peso.

De acordo com o autor do projeto, a iniciativa atende, especialmente, a demanda dos diabéticos. “Este projeto visa informar os diabéticos e toda a população sobre as diferenças que existem nas composições destes produtos. Esta simples medida vai facilitar o acesso a uma alimentação correta e saudável”, defende Aciolli.

Civismo – Também passou em redação final o projeto de lei de nº 744/11, do deputado Ney Leprevost (PSD), instituindo no calendário oficial do Paraná o “Dia Estadual Contra a Corrupção e Impunidade”, a ser comemorado, anualmente, na data de 7 de setembro. A instituição de um dia especial – que, para alguns, pode parecer inócua – para Leprevost é emblemática e representa o verdadeiro desejo do povo brasileiro. “O Brasil só será verdadeiramente independente quando se livrar da praga da corrupção. Comemorar esta data (a Independência do Brasil) com civismo verdadeiro é acabar de vez com a corrupção e a impunidade”, resume o parlamentar.

Consumidores – Em segunda discussão foram aprovadas nesta sessão as seguintes proposições: a de nº 411/11, da deputada Rose Litro (PSDB), que teve anexada iniciativa semelhante de autoria do deputado Leonaldo Paranhos (PSC), dispõe que quem acionar indevidamente – por brincadeira ou má-fé – os serviços de atendimento de emergências será obrigado a ressarcir os cofres públicos; e a de nº 248/11, de autoria do deputado Dr. Batista (PMN). Esta iniciativa do Dr. Batista determina a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do Procon em portos e aeroportos, shoppings, centros e empreendimentos comerciais com mais de 65 lojas, e supermercados de grande porte, assim definidos aqueles que tenham mais do que 10.000 m² de área construída.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Igualmente passaram, em segunda discussão, a proposição nº 582/11, do deputado Marcelo Rangel (PPS), instituindo a semana destinada à instrução dos alunos do ensino fundamental e médio para combate à pedofilia na internet; e a de nº 008/12, do Tribunal de Justiça (Ofício nº 133/12). Este projeto é o que transfere o município de Manfrinópolis da Comarca de Barracão, de entrância inicial, para a Comarca de Francisco Beltrão, de entrância intermediária.

Fonte: Agência de Notícias da Assembleia Legislativa

Assembleia mantém vetos a três projetos de lei

Três vetos apostos pelo Poder Executivo a projetos de lei foram mantidos pelo Plenário da Assembleia Legislativa nesta terça-feira (6), que aprovou ainda um requerimento adiando por dez sessões as discussões sobre um quarto veto, a projeto que reduz a base de cálculo do imposto nas operações internas com querosene combustível para aviação. “Entendemos que por ser contrário ao interesse público, o presente projeto de lei deve ser vetado, uma vez que beneficiar companhias aéreas nacionais ou internacionais com recursos do tesouro do Estado sem qualquer contrapartida é um enorme contrassenso”, argumentou o Governo do Estado ao justificar o veto de nº 004/12, ao projeto de lei nº 718/11, do deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB), justamente o que teve sua discussão adiada.

O adiamento da apreciação do veto por dez sessões foi solicitado pelo líder do Governo, deputado Ademar Traiano (PSDB), com apoio do líder da Oposição, deputado Elton Welter (PT). “Vamos aproveitar esse tempo para fazer novas análises sobre essa matéria”, informou Ribas Carli. Ele disse estar disposto a esclarecer os pontos questionados pelo parecer do Executivo, porque entende ser importante a redução de impostos que pode ser obtida através dessa medida.

O Governo, por seu turno, vetou a matéria salientando ainda que “a alteração pretendida trará sérios prejuízos à arrecadação do Estado, com a ampliação do leque de municípios onde a redução da base de cálculo do imposto se espalhará”. Acrescentou ainda que, de acordo com informações da Secretaria de Estado da Fazenda, “se o projeto de lei vier a tornar-se norma definitiva, a arrecadação mensal de ICMS do QAV (querosene de aviação), que atualmente, é de R\$ 4.114.800,00, passará a ser de R\$ 421.200,00. Logo, vislumbra-se uma perda mensal estimada em R\$ 3.693.600,00 em relação à arrecadação atual”.

Emprego – Já o veto nº 005/12, apostado ao projeto de lei nº 297/11, de autoria do deputado Hermas Brandão Junior (PSB), foi mantido por 28 votos favoráveis e 17 contrários. Essa proposição determinava a reserva de pelo menos 10% das vagas de trabalho de pessoas jurídicas, com fins lucrativos, de direito privado, beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgados pelo Governo, ao primeiro emprego. De acordo com o Poder Executivo, “têm-se que com a aprovação do projeto de lei em tela, o Estado do Paraná correria o risco de que futuras empresas preterissem o nosso Estado perante outro ente da Federação, deixando de gerar renda e milhares de empregos”. Ao finalizar a justificativa do veto acrescenta que “a proposição em comento é contrário ao interesse público e inconstitucional”.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Cobre – Também foi mantido – por 39 votos “sim” e seis “não” – o veto parcial nº 007/12, aposto ao projeto nº 239/11, de autoria do deputado Caíto Quintana (PMDB), que dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros velhos do estado. Ao expor os motivos do veto o Governo afirma que considerou “a parte vetada contrária ao interesse público”.

A matéria, aprovada no ano passado pela Assembleia, teve anexado o projeto de lei nº 449/11, de autoria do deputado Hermas Brandão Junior (PSB), por se tratar de tema semelhante. Na avaliação do Executivo, “não é demais observar não ser de boa técnica legislativa elencar penalidade àqueles que não cumprirem o disposto na Lei e não mencionar qual o órgão governamental que procederá a aplicação de multa em caso de descumprimento da Lei. Sendo assim, o disposto no artigo 9º (vetado) torna-se inócuo”. “Ainda, o presente artigo possui um vício de constitucionalidade uma vez que em seu inciso II, o legislador elencou um órgão de Segurança Pública, ou seja, um órgão da Administração Pública Estadual para proceder parte da sanção prevista na Lei. Deste modo, o presente inciso é inconstitucional, visto que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre a ‘criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública’, conforme leciona o artigo 66, IV, da Constituição Estadual”, acrescenta.

Farmácias – E por 43 votos favoráveis e três contrários foi mantido o veto nº 006/12. O Executivo diz em seu parecer que a matéria é contrária ao interesse público, apresentando uma série de argumentos. Esse veto foi aposto ao projeto de lei 161/11, de autoria dos deputados Plauto Miró (DEM) e André Bueno (PDT), que inclui um novo artigo à Lei 16.322, de 18 de dezembro de 2009, que responsabiliza as indústrias farmacêuticas, distribuidoras de medicamentos e farmácias para darem destinação final e adequada aos produtos que estejam com prazos de validade vencidos ou fora de condições de uso. À proposição foi anexado o projeto de lei 214/11, apresentado pelo deputado Fábio Camargo (PTB), que trata do mesmo tema. De acordo com Bueno, já há um entendimento com as entidades classistas para a elaboração de uma nova proposição sobre o tema, corrigindo os pontos questionados pelo Executivo.

Fonte: Agência de Notícias da Assembleia Legislativa

Plenário rejeita vetos a dois projetos de lei

Dois vetos apostos pelo Poder Executivo a projetos de lei foram rejeitados pelo Plenário da Assembleia Legislativa, durante a sessão plenária desta segunda-feira (5). O terceiro veto que estava em pauta, aposto à proposição de nº 389/11, de autoria do deputado André Bueno (PDT), que visa disciplinar as vendas eletrônicas de produtos em sítios de compra coletiva, teve sua apreciação adiada por dez sessões.

Entre os vetos derrubados está o de nº 001/12, aposto ao projeto de lei nº 342/11, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos. Essa

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

matéria é de autoria dos deputados Luiz Accorsi (PSDB) e Rasca Rodrigues (PV). De acordo com o Executivo, “a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado, qual seja, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), responsável pelas condições dos prédios da administração pública, é de competência privativa do Governador do Estado”. Não poderia o legislador estadual dispor sobre os materiais e sistemas a serem instalados e usados nas construções de prédios públicos, “sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da separação dos poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra ‘O Espírito das Leis’ e transcrito no artigo 2º de nossa Carta Magna”, complementa o Executivo.

Rasca Rodrigues questionou este parecer, apontando, inclusive, falhas de redação. “A nossa iniciativa (minha e de Accorsi) tem o objetivo de reduzir custos”, frisou, ao pedir apoio do Plenário para a derrubada do veto. Na sequência, inúmeros parlamentares também se pronunciaram favoráveis ao projeto. “É uma proposição que não gera despesas e está em sintonia com uma tendência mundial, que preserva os recursos naturais”, declarou o deputado Caito Quintana, líder da bancada do PMDB. Na votação, 43 manifestações foram contra a manutenção do veto, sendo 5 os votos favoráveis.

Saúde – O segundo veto derrubado foi o de nº 002/12, à proposição nº 376/11, de autoria do deputado Artagão Junior (PMDB), que tem o objetivo de obrigar a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidades. O autor, igualmente, fez um pronunciamento em Plenário, quando explicou a importância de se estabelecer normas que garantam um maior controle a esse procedimento, pedindo apoio de seus pares para que seu projeto virasse lei. O veto acabou recebendo 5 votos favoráveis e 44 contrários, o que permitiu a sua rejeição pelo Legislativo.

No ofício encaminhado à Assembleia, comunicando que o projeto havia sido vetado, o Governo do Estado disse que, conforme “Parecer Técnico nº 176, de 30 de agosto de 2011, exarado pela Divisão de Vigilância Sanitária de Serviços, da Secretaria de Estado da Saúde, a legislação vigente contempla os regulamentos que devem ser cumpridos pelos serviços de hemoterapia, referente aos procedimentos, à responsabilidade técnica, capacitação continuada dos profissionais envolvidos no ciclo do sangue e demais normas pertinentes a serem seguidas”. Segundo o Executivo, portanto, o projeto de lei não traria contribuições adicionais à legislação já existente sobre o assunto.

Internet – Outro veto que estava na Ordem do Dia – a pauta dos trabalhos do Plenário – era o de nº 003/12, apostado ao projeto de lei nº 389/11, de autoria do deputado André Bueno (PDT). Esta matéria pretende disciplinar a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no estado. Ao vetar a iniciativa o Poder Executivo apresentou uma série de argumentos, baseados no princípio de que normas gerais em matéria de proteção e defesa do consumidor inscrevem-se na competência da União. Diz, por exemplo, que “no caso da matéria sobre o qual versa o projeto – vendas ocorridas fora do estabelecimento comercial – o Código de Defesa do Consumidor já traz, em seu conjunto, regras de proteção das quais são exemplo a venda por telefone ou em domicílio (artigos 33 e 49)”.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

No entanto, com o apoio dos líderes do Governo, deputado Ademar Traiano (PSDB), e da Oposição, deputado Elton Welter (PT), Bueno conseguiu adiar por dez sessões a discussão do veto. “Há problemas sérios na fiscalização desse comércio pela internet. Quero discutir com o Governo essa situação e os objetivos da proposição, que acrescenta normas mais rígidas ao setor”, argumentou o autor.

Fonte: Agência de Notícias da Assembleia Legislativa

Havan anuncia investimento de R\$ 150 milhões no Paraná

O deputado Plauto Miró (DEM), 1º secretário da Assembleia Legislativa, participou nesta segunda-feira (5) de uma reunião com o governador Beto Richa em que o diretor-presidente do Grupo Havan, Luciano Hang, anunciou o investimento de R\$ 150 milhões no estado até o fim de 2013. Os recursos serão usados na implantação de dez novas lojas Havan que deverão gerar dois mil empregos. Seis unidades serão inauguradas ainda este ano, entre elas a de Ponta Grossa que abrirá as portas no próximo sábado (10). “Ponta Grossa se sente honrada em ter na cidade uma unidade da Havan, que é hoje uma das maiores redes de lojas de departamento do País. Além de ser uma opção de compras para os consumidores, esta loja representa mais uma oportunidade de geração de emprego e renda para a população local”, disse Plauto. A unidade de Ponta Grossa é a 38ª loja da rede e a 16ª no Paraná.

Fonte: Agência de Notícias da Assembleia Legislativa

Assembleia promoverá sessão para discutir a delimitação paranaense no mar territorial

Utilizar o espaço da Assembleia Legislativa para uma ampla discussão sobre a questão que envolve os limites do mar territorial brasileiro, e principalmente, do Paraná. Foi essa a proposta apresentada, nesta segunda-feira (5), ao presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), pelo vice-presidente do Movimento Pró-Paraná, Wilson Portes, e pelo conselheiro e ex-deputado federal, Gilberto Carvalho. A ideia do Movimento é realizar uma audiência, no Plenário da Assembleia, com os deputados federais e estaduais do Paraná, e com outros especialistas no tema, para debater a possibilidade de revisão da divisão do mar territorial brasileiro.

Com isso a participação do Paraná na partilha de recursos poderia mudar, o que beneficiaria o estado, por exemplo, com o dinheiro do pré-sal. “Vamos fazer uma sessão especial para discutir os estudos feitos e que têm demonstrado que o Paraná perde se persistir a legislação atual”, disse Rossoni. “Precisamos unir as forças políticas em torno desta causa”, completou.

Fonte: Agência de Notícias da Assembleia Legislativa

Paraná terá R\$ 98 milhões para incentivo a pesquisa científica

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

O governador Beto Richa e o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, assinaram nesta quinta-feira (08), em Curitiba, um protocolo de intenções que garante o repasse de R\$ 97,8 milhões para estimular a pesquisa científica no Paraná.

Os recursos serão gerenciados pela Fundação Araucária – vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – e possibilitam a concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em áreas prioritárias para o Estado, além da aquisição e manutenção de equipamentos e laboratórios de pesquisa.

“Aportar mais recursos é fundamental, mas não o suficiente. Precisamos de mais integração entre agentes públicos e empresas, maior sinergia entre as instâncias de governo e mais investimentos privados”, disse o governador. Ele ressaltou que o Paraná investe por ano R\$ 1,2 bilhão para o financiamento de universidades estaduais “Somos o Estado que mais tem instituições públicas de ensino superior no País”.

Richa destacou que o desafio do governo, e também de instituições ligadas ao desenvolvimento científico, é definir prioridades e dar mais qualidade aos gastos públicos. “É fundamental para o País assegurar os recursos necessários para a ciência e tecnologia. Investir em pesquisa é estimular o desenvolvimento social e econômico”, disse o governador.

“Esta parceria entre a Fundação Araucária e a Capes demonstra a importância da ciência e tecnologia e do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores e docentes das universidades no Paraná”, afirmou o presidente da Fundação Araucária, Paulo Roberto Brofman.

O documento também foi assinado pelo secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Alípio Leal, durante a abertura do Fórum do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia, que acontece até esta sexta-feira (09), em Curitiba.

FÓRUM - O secretário Alípio Leal afirmou que o Fórum é um meio de interlocução direta com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. “É a oportunidade de traçarmos políticas públicas, metas e prioridades para que haja apoio do governo federal para incentivar pesquisas nos Estados e nos municípios”, disse.

Leal é um dos integrantes do Comitê Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), grupo que avalia as ações da pasta e contribui para a definição das políticas e metas para a área. Durante encontro realizado em Curitiba, antes do Fórum Nacional, o secretário paranaense reafirmou a necessidade de aporte de recursos do governo federal nas universidades estaduais do Paraná. “É preciso fortalecer a academia. Com pesquisa e inovação asseguramos o desenvolvimento econômico e social, é um investimento que traz retorno ao País”, afirmou Leal.

Também participaram da abertura do evento, o secretário executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luiz Antonio Rodrigues Elias; o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Augusto Gadelha; o secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa; os deputados estaduais Alexandre Curi e Teruo Kato; e secretários de todo o País e autoridades da área.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

Micro e Pequena Empresa

Junta Comercial do Paraná isenta microempreendedores de taxas

A partir desta sexta-feira (9), todos os Microempreendedores Individuais (MEI) estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos nos procedimentos de alteração e baixas (extinção) perante a Junta Comercial do Paraná. A medida – prevista em resolução deliberada pelo Colégio de Vogais da Junta – beneficia aproximadamente 93 mil microempreendedores registrados no Paraná.

O objetivo da Junta Comercial do Paraná com esta medida é adequar os serviços à nova redação dada à Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), por meio da Lei Complementar 139/11, que passou a isentar os MEI para o pagamento de taxas para alterações contratuais, baixa/extinção, licenças, entre outras.

O presidente da Jucepar, Ardisson Akel, afirma que com a edição da nova resolução, o empreendedor individual ganha tempo e tem custos reduzidos para tornar seu pequeno negócio legalizado. “O objetivo maior é incentivar a formalização, que dá a esses empresários uma condição de trabalho diferenciada, com crédito bancário facilitado, de baixo custo, e garante acesso em processos de compras governamentais e prestação de serviços a órgãos públicos. E mesmo as grandes empresas exigem nota fiscal de seus fornecedores, de qualquer porte”, afirma.

A resolução considera a necessidade de desburocratização, facilitação e fomento à atividade produtiva. Leva em conta também que os microempreendedores individuais já possuem isenção de taxas para o ato de constituição, ou registro, que pode ser feito por meio do Portal do Empreendedor, na internet (www.portaldoempreendedor.gov.br).

NOVOS CÓDIGOS – Para possibilitar a concessão de isenção do pagamento pelos serviços de registro mercantil e dos valores do Cadastro Nacional de Empresas (CNE), referentes a alterações e baixa de empresas enquadradas como MEI, mediante procedimento feito exclusivamente na Secretaria da Receita Federal do Brasil (Simples Nacional) e ainda não comunicados à Junta Comercial por aquela Secretaria, foram criados dois códigos, que deverão ser combinados com os eventos correspondentes às alterações ou extinção praticadas:

- 066 – isenção preços – alteração MEI;
- 067 – isenção preços – extinção MEI;

Tais eventos inseridos no sistema da Jucepar informam a não existência de preços para os procedimentos e, conseqüentemente, da exigência de informação do número de guia de recolhimento. Nos casos em que há registro cadastral da condição de MEI (quadrícula marcada como MEI no Cadastro do Empresário) serão identificados automaticamente pelo sistema.

INTERIORIZAÇÃO – A Junta Comercial do Paraná é um órgão governamental de registro

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

empresarial que dá credibilidade e segurança às transações empresariais. Compete ao empresário manter registros verídicos e atualizados, para maior segurança das transações do mundo empresarial.

A Jucepar participa do esforço do governo estadual para modernizar e desburocratizar o atendimento ao empresário. É uma determinação do governador Beto Richa, visando tornar a administração pública amigável ao desenvolvimento empresarial e aberta a facilitar a vida do empreendedor.

Para isso, a Junta está desenvolvendo um processo de interiorização de suas atividades, por meio da ampliação da rede de escritórios, e deve inaugurar nas próximas semanas quatro novas unidades no interior do Estado, nas cidades de Cambé, Jacarezinho, Telêmaco Borba e Ubitatã. Outras cidades estão em estudo para ampliação desta rede.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Política Industrial

Paraná vai fabricar plástico de milho

A Limagrain Guerra vai construir em Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, a primeira fábrica de plástico biodegradável de milho da América do Sul. O empreendimento é uma parceria entre a Sementes Guerra, de Pato Branco, e o grupo francês Limagrain, que atuam juntos desde o início do ano passado na produção e no desenvolvimento de sementes agrícolas. A empresa – que anunciou o investimento ontem, junto com o governador Beto Richa, no Palácio Iguazu – não divulgou quanto irá investir nem qual será a capacidade de produção da fábrica.

De acordo com o presidente do grupo Guerra e da Limagrain Brasil, Luiz Fernando Guerra, as obras para a implantação da fábrica já começaram. “É um projeto de curto prazo. Estamos com obras de terraplanagem na área e a previsão é que a produção comece no segundo semestre de 2013”, disse o executivo à Agência Estadual de Notícias (AEN), do governo estadual. Ele e os outros dirigentes da Limagrain Guerra afirmaram que vão anunciar em breve outro investimento no Paraná – uma fábrica de pães e bolos industrializados em Guaruava, no Centro-Sul do estado.

180 dias

A resina feita de milho é matéria-prima para a produção de materiais plásticos biodegradáveis, como sacolas que se decompõem na natureza em 180 dias. David Pearson, diretor da Biolice, unidade de plásticos biodegradáveis da Limagrain, atribuiu a escolha do Paraná para sediar a nova fábrica à “forte produção agrícola” do estado e ao “ambiente que existe para agregar valor à produção de grãos e sementes”, segundo a AEN.

Para o secretário de Estado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, a fábrica de plástico biodegradável deve atrair outros empreendimentos para o Sudoeste. “É um importante investimento que agrega valor com alta tecnologia à nossa produção agrícola”, disse.

“Estamos vivendo um novo ciclo de industrialização porque o governo do Paraná trabalha

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

lado a lado com o setor produtivo”, disse Richa, acrescentando em seguida que o estado já teria R\$ 9 bilhões em investimentos garantidos e outros R\$ 15 bilhões em negociação.

Fonte: Gazeta do Povo

Exigência de rótulos diferenciados de remédios para evitar equívocos vai à Câmara

Os rótulos e embalagens de medicamentos, drogas e produtos correlatos devem ser diferenciados de modo a não confundir o usuário e, assim, evitar erro em sua administração. É o que determina projeto de lei de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), aprovado nesta quarta-feira (7), terminativamente, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Agora a matéria deverá seguir para a Câmara dos Deputados.

Para isso, o projeto ([PLS 461/2011](#)) altera a lei que trata da vigilância sanitária a que ficam sujeitos medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos ([Lei 6.360/1976](#)).

O senador Humberto Costa ressaltou, ao justificar a proposta, que acontecem muitos acidentes no Brasil em razão de erros na administração de medicamentos. Para o relator da matéria na CAS, senador Paulo Davim (PV-RN), é atribuição do Poder Público tomar medidas para minimizar esse tipo de acidente.

De acordo com a proposta, os produtos destinados a crianças deverão ter rótulos e embalagens que possibilitem fácil distinção daqueles indicados a adultos. O texto prevê também que as embalagens e rótulos devem possuir características que os diferenciem claramente entre si para que não haja erro de dispensação e de administração, trocas indesejadas ou uso equivocado do produto.

Sem essas características, determina o projeto de lei aprovado na CAS, não será autorizado o emprego da embalagem.

O texto aprovado pela comissão, assim, inclui rótulos e embalagens no rol de características que não podem induzir a erro, como já acontece com nomes e designações de produtos farmacêuticos.

Fonte: Agência de Notícias do Senado

Política Social

Saúde:

Paraná terá novo sistema de regulação dos serviços de saúde

O secretário, Michele Caputo Neto, assinou nesta terça-feira (7) um contrato com a empresa MV Sistemas, vencedora da licitação para fornecer o novo sistema da Central de Regulação do Estado. Desde o início de 2011, técnicos da secretaria e da Companhia de Informática do Estado (Celepar) trabalham na proposta de uma central de regulação informatizada para

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

atender a demanda da saúde.

O novo programa abrange toda a rede de saúde do Estado. A partir de sua implantação, será possível acompanhar, por exemplo, a marcação de consultas de especialidades médicas e saber se o paciente terá necessidade de uma cirurgia ou outros procedimentos que requerem internação. “Hoje, no País, não há um sistema instalado como o que estamos propondo. Por isso ele deve ser construído desde o começo”, afirma Márcia Huçulak, superintendente de Atenção à Saúde, que participou da elaboração do projeto.

“O sistema que utilizamos hoje é arcaico e não dá suporte para que a secretaria exerça sua verdadeira missão, que é a regulação”, afirma Caputo Neto. “A partir de agora, vamos construir a solução que o Paraná precisa para melhorar o atendimento ao cidadão na área de urgência e emergência e na informatização das AIHs (Autorização de Internação Hospitalar), por exemplo”, acrescenta.

A empresa contratada terá oito meses para desenvolver e implantar todo o sistema. A primeira reunião de trabalho dos técnicos da MV Sistemas na secretaria também aconteceu nesta terça-feira.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Questões Institucionais

Oposição consegue apoio para processo de saída de Derosso

Com o apoio de 7 dos 13 vereadores do PSDB, a oposição garantiu as 20 assinaturas necessárias para dar entrada ao pedido de destituição do tucano João Cláudio Derosso da presidência da Câmara Municipal de Curitiba, cargo do qual ele está licenciado atualmente. Ao todo, 27 vereadores assinaram o documento. A representação considera que Derosso cometeu irregularidades à frente da Casa e que ficará mais tempo licenciado do que se permite: serão 180 dias, enquanto o previsto pelo regimento interno são 120 dias. Embora o total das assinaturas necessárias já tenham sido coletadas, o documento só deve ser protocolado segunda-feira.

Após a apresentação do pedido, será instaurada uma comissão processante para avaliar o caso. Os integrantes dessa comissão são escolhidos por meio de sorteio entre quem não apoiou o pedido. Por isso, caso aumente o número de vereadores favoráveis ao fastamento definitivo de Derosso da Mesa Executiva, os integrantes da oposição pretendem retirar uma ou mais assinaturas do pedido. Dessa forma, estarão aptos a participar da comissão. A tática foi facilitada pela adesão de sete vereadores do PSDB, incluindo o líder da bancada, Emerson Prado.

A posição do PSDB já era esperada. Na terça-feira, Prado já havia recomendado aos demais integrantes do partido que fossem favoráveis à destituição de Derosso do cargo de presidente. “Há momentos de avançar e de recuar. Nesse momento, eu aconselhei que o presidente Derosso renunciasse ao cargo”, afirma.

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

O vereador Felipe Braga Côrtes (PSDB) afirma que o apoio à renúncia do colega de partido não está ligado com a proximidade das eleições municipais. Mas ele diz que já sente a cobrança da população na base eleitoral. “Tomei a posição de ser favorável ao afastamento do presidente antes da orientação partidária. Muitos projetos não são apresentados na Casa em razão dessa crise diária”, diz. “Não podemos fazer um pré-julgamento, mas é evidente que a situação chegou ao limite”, acrescenta o vereador.

Acostumada com derrotas recorrentes na Câmara Municipal, a oposição comemorou o “momento histórico”. “Teremos reuniões antes de apresentar a representação para certificar que não há nenhum erro. Mas é algo que nunca aconteceu nesta Casa”, afirma o vereador Jonny Stica (PT).

Como a comissão processante tem prazo máximo de 90 dias, Stica espera que o processo tenha celeridade. “Vamos buscar acelerar os trâmites dentro da Casa. Mas não se pode descartar a renúncia, pois na política tudo é possível”, diz.

Mesa - Embora tenha assinado a representação para a destituição de Derosso, o vereador Juliano Borghetti (PP) defendeu, em plenário, que todos os membros da Mesa Executiva deveriam ser destituídos ao lado do presidente licenciado. “O ideal seria que todos renunciassem”, disse. A ideia recebeu o apoio de alguns parlamentares, mas não ganhou força. O vereador Francisco Garcez (PSDB) foi um dos contrários. “A mesa não foi acusada de nada”, respondeu.

Fonte: Gazeta do Povo

Infraestrutura

Energia

Copel desvia curso do Rio Cavernoso para construção de usina

O Rio Cavernoso, no médio centro-oeste paranaense, foi parcialmente desviado por conta da implantação da Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso 2. O empreendimento, de R\$ 120 milhões e 19 megawatts de potência instalada com capacidade suficiente para suprir o consumo de uma cidade de 50 mil habitantes, está sendo construído pela Copel entre os municípios de Virmond e Cândói.

O desvio foi realizado no dia 29 de fevereiro e é um dos marcos mais significativos na construção de empreendimentos hidrelétricos. Modificar o curso do rio, liberando para as frentes de trabalho a área correspondente ao seu leito original, é essencial para a continuidade do erguimento de estruturas como o vertedouro e a barragem.

COMO FUNCIONA - Enquanto são iniciadas as demais frentes da obra – como a casa de força, vertedouro, tomada d’água e túnel de adução, a barragem começa a ser construída a partir de uma margem do rio. Em paralelo, são executadas estruturas provisórias chamadas enscadeiras, que permitirão desviar o rio e manter isolado da água um trecho do leito

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

original para que a barragem possa avançar até a margem oposta.

Após o desvio, o rio passa a correr através de adufas, galerias construídas com essa finalidade e que, por ocasião do enchimento do reservatório, serão fechadas por comportas e, depois, definitivamente lacradas. “A operação de desvio do rio é muito importante, pois libera para execução todas as frentes de trabalho, inaugurando uma fase acelerada da implantação da usina”, interpreta o engenheiro civil e gestor técnico da obra, Luiz Fernando Prates de Oliveira. “A realização do desvio neste momento permite a manutenção rigorosa dos prazos de geração comercial”, complementa.

IMPLANTAÇÃO DA USINA - As obras da PCH Cavernoso começaram em março de 2011 e estão dentro do cronograma esperado, com início de geração de energia previsto para o segundo semestre deste ano. A execução da barragem avança a plena força, com metade dos volumes previstos já executada, assim como a concretagem do vertedouro. Na casa de força, seguem as atividades de armação, montagem de embutidos e lançamento de concreto estrutural. As escavações do túnel de adução foram finalizadas. Cerca de 230 trabalhadores atuam na obra nesta fase.

A USINA - A nova usina terá barragem de enrocamento com núcleo de argila, com 520 metros de comprimento na crista e altura máxima de 18 metros. O circuito hidráulico, ou seja, o caminho da água até a casa de força – onde serão instaladas três unidades geradoras de 6,5 megawatts cada – será constituído por um canal de adução de 580 metros, seguido de um túnel com cerca de 250 metros de comprimento e 6 metros de diâmetro.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS - Como parte da implantação da usina, programas socioambientais estão sendo desenvolvidos na região de Candói e Virmond, entre eles: monitoramento e resgate de fauna e flora, resgate de patrimônio arqueológico, monitoramento da qualidade da água do rio, ações de educação ambiental e saúde pública.

A região de entorno do futuro reservatório, que hoje conta com 16 hectares de cobertura florestal, terá 56 hectares de mata nativa – mais do que o triplo do tamanho da floresta que existe atualmente no local. A área será maior também que o próprio reservatório da usina, que ocupará superfície de 43 hectares.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Tecpar estuda parceria com empresas japonesas de energia renovável

Técnicos do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) reuniram-se na terça-feira (6), em Curitiba, com Yumi Watanabe, representante do Ministério da Economia, Indústria e Comércio do Japão. Durante o encontro, foi discutida a possibilidade de o instituto apoiar empresas japonesas que pretendem introduzir no Estado novas tecnologias no campo da eficiência energética.

Yumi está no Brasil para pesquisar projetos nas áreas de Biomassa (resíduo orgânico utilizado para a produção de energia) e redes smart grid (sistemas integrados de prédios comerciais, industriais ou residenciais que geram e devolvem energia para em determinados momentos do dia).

nº 10. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 09 de março de 2012

A reunião foi intermediada pelo diretor de relações internacionais da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná, Heberthy Daijô, e contou a presença do diretor técnico do Tecpar, Guilherme Zemke, de representantes do Centro de Energias Renováveis (Cerbio) e do pesquisador da Emater-PR Jorge Watanabe.

Segundo Zemke, a visita aconteceu em um momento oportuno, uma vez que o Governo Federal está regulamentando a microgeração de energia no Brasil e o Governo do Estado mantém um projeto de diversificação de sua matriz energética – o Vale da Energia, no qual o Tecpar deverá atuar no teste e validação de equipamentos de geração de energias renováveis.

“Atualmente, os estudos do Tecpar nessa área estão mais voltados para o uso de oleaginosas na produção de energia. Entretanto, sabemos que faz parte das diretrizes do Governo do Estado encontrar fontes alternativas de energia limpa. Por isso, na condição de instituto público de pesquisa, temos total interesse em estabelecer parcerias e ampliar nosso objeto de estudo para o teste e desenvolvimento de novas tecnologias verdes”, disse Zemke.

Heberthy Daijô afirmou que existem 10 mil empresas japonesas de pequeno e médio porte interessadas em compartilhar tecnologias com o Brasil. Yumi Watanabe, no entanto, disse que as companhias de tecnologias renováveis têm um certo receio de vir ao Brasil, por pensarem que este mercado já estaria saturado por fabricantes de outros países – o que foi negado pelos representantes do Tecpar.

Para estreitar as relações com o Japão, Daijô sugeriu uma visita do cônsul japonês ao Tecpar. Ele também convidou os participantes da reunião para um evento que acontece no dia 12 de março na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) com presença de representantes de empresas japonesas, para discutir a geração de energia a partir da queima de dejetos de galinhas e de lixo.

A preocupação japonesa com fontes de energia renováveis cresceu após as consequências do acidente na Central Nuclear de Fukushima, ocorrido em março do ano passado em função do terremoto seguido de tsunami que devastou o noroeste do país. O interesse pelo Brasil dá conta, especialmente, do uso da biomassa para a produção de energia, assunto que o País tem maior domínio por ser um dos maiores produtores de etanol do mundo (sendo o Paraná o segundo maior produtor, atrás apenas de São Paulo).

Fonte: Agência Estadual de Notícias